Página 13

Nº138 DEZEMBRO/2014

UM JORNAL A SERVIÇO DO PT DEMOCRÁTICO, SOCIALISTA E REVOLUCIONÁRIO

1º/1/2003

1º/1/2007

1º/1/2011

1º/1/2015

Estaremos na posse outra vez!

NESTA EDIÇÃO

EDITORIAL

De duas, vencemos uma

Passamos o ano de 2014 repetindo um mantra: o de que o PT tinha dois objetivos na eleição presidencial. O primeiro era o de vencer. O segundo, vencer criando as condições para um segundo mandato superior. O primeiro objetivo foi atingido. O segundo, não. Joaquim Levy está aí para comprovar isto.

O grave é que se não fizermos um segundo mandato superior ao primeiro, corremos sérios riscos. Entre eles o de não vencer as próximas eleições presidenciais, em 2018. Mas corremos, também, o risco de vencer as eleições para implementar o programa dos derrotados. Ou de sermos sabotados do primeiro ao último dia. Ou o de sofrermos uma tentativa de *impeachment* ou cassação do registro do partido. Pois todas as alternativas estão postas na mesa das oposições de direita.

Ao fecharmos esta edição, não sabemos ainda qual a composição completa do ministério do segundo mandato da presidenta Dilma Rousseff. Mas, independente disto, está claro que uma de nossas tarefas principais, em 2015 e adiante, será completar o que não foi feito em 2014. Ou seja: criar as condições para um segundo mandato superior. Tarefa na qual o Partido dos Trabalhadores, os partidos e movimentos sociais aliados, bem como a intelectualidade democrática, têm muito a dizer e fazer.

É com este espírito que participaremos do Quinto Congresso do PT. É com este espírito que estaremos presentes nos congressos da CUT, da UNE, da Ubes e da Juventude do PT. É sob esta diretiva, também, que acontecerá o Segundo Congresso da Articulação de Esquerda.

Ao fecharmos esta edição, não sabemos ainda qual a composição completa do ministério do segundo mandato da presidenta Dilma Rousseff. Mas, independente disto, está claro que uma de nossas tarefas principais, em 2015 e adiante, será completar o que não foi feito em 2014. Ou seja: criar as condições para um segundo mandato superior.

Acreditamos que nossas preocupações coincidem com a de grande parte da militância que foi às ruas garantir a vitória no segundo turno de 2014. É preciso sair das cordas. E isto não se faz na defensiva, isto não se faz conciliando, isto não se faz de cabeça baixa. Mais uma vez, é preciso arriscar: as boas brigas são perigosas. Mas são sempre melhores do que os péssimos acordos.

Que o próximo ano seja de grandes vitórias para os trabalhadores e trabalhadoras de todo o mundo. Que o nosso Partido dos Trabalhadores não apenas aprove resoluções, mas também mobilize sua base em defesa das reformas democrático-populares e do socialismo. Para o que se faz necessário, por exemplo, ressuscitar o Muda Mais e pressionar pelo julgamento e prisão para os criminosos da ditadura militar.

Os editores

EXPEDIENTE

Página 13 é um jornal publicado sob responsabilidade da direção nacional da Articulação de Esquerda, tendência interna do Partido dos Trabalhadores. Circulação interna ao PT. Matérias assinadas não refletem, necessariamente, a posição da tendência.

Direção Nacional da AE: Adilson Nascimento dos Santos (MS), Adriana Miranda (DF), Adriano Oliveira (RS), Aila Marques (CE), Ana Afonso (RS), Ana Lúcia (SE), Ana Rita (ES), Beto Aguiar (RS), Bruno Elias (DF), Damarci Olivi (MS), Daniela Matos (MG), Denise Cerqueira Vieira (TO), Denize Silva de Oliveira (MS), Dionilso Marcon (RS), Edma Walker (SP), Eduardo Loureiro (GO), Emílio Font (ES), Expedito Solaney (PE), Fabiana Malheiros (ES), Fabiana Rocha (ES), Iole Iliada (SP), Iriny Lopes (ES), Isaias Dias (SP), Jandyra Uehara (SP), Janeth Anne de Almeida (SC), Joel Almeida (SE), Jonatas Moreth (DF), José Gilderlei (RN), Laudicéia Schuaba (ES), Leyse Souza Cruz (ES), Lício Lobo (SP), Lúcia Maria Barroso Vieira (SE), Marcel Frison (RS), Marcelo Mascarenha (PI), Marco Aurélio Moreira Rocha (MG), Mario Candido (PR), Múcio Magalhães (PE), Olavo Carneiro (RJ), Pere Petit (PA), Rafael Tomyama (CE), Raquel Esteves (PE), Rosana Ramos (DF), Rafael Pops (DF), Rubens Alves (MS), Sílvia de Lemos Vasques (RS), Sonia Hypólito (DF), Teresinha Fernandes (MA), Ubiratan Félix (BA), Valter Pomar (SP).
Comissão de ética nacional: Eleandra Raquel Koch (RS), Rodrigo César (SP) e Wagner Lino (SP).

Edição: Valter Pomar e Adriana Miranda **Diagramação**: Cláudio Gonzalez (Mtb 28961)

Secretaria Gráfica e Assinaturas: Edma Walker edmawalker@gmail.com **Acesse:** www.pagina13.org.br

Endereço para correspondência: R. Silveira Martins, 147 conj. 11 - Centro - São Paulo - SP - CEP 01019-000

ESPÍRITO SANTO

Água Doce

Emílio Font*

Acabam de ocorrer eleições para prefeito na cidade de Água Doce do Norte (ES). Com 3.768 votos (57,08% dos válidos) ganhou Paulo Marcio, candidato do DEM/PSDB. O companheiro Tião Erculino, militante petista, candidato da coligação PT-SD, ficou em segundo lugar com 2.489 (37,71% dos válidos). Em terceiro lugar ficou Marcelo Moura do PTB, com 344 votos (5,21% dos válidos).

Foi a típica batalha entre um candidato popular e a elite; campanha dura contra as práticas tradicionais da direita: agressões, intimidações, aliança das famílias tradicionais, parcialidade da Polícia Militar rigorosos com os militantes da candidatura de Tião Erculino mas lenientes com o assédio dos boqueiros da direita, compra de votos disfarçada de "contratação" de cabos eleitorais e mesmo leniência da justiça eleitoral que impediu a entrada da fiscalização da coligação do PT e do próprio candidato em um dos locais de votação, em Santo Agostinho, coincidentemente local onde a direita abriu a maior vantagem sobre o candidato do PT!

Do outro lado os petistas, com base principalmente nos pequenos agricultores, sem dinheiro, sem infraestrutura; mas o que faltou no aspecto material, sobrou em trabalho, força, com a vontade, a consciência e uma forte determinação de construir um novo futuro, mais justo e igualitário para o povo de Água Doce do Norte.

Apesar disto, um excelente resultado. Na última eleição, em 2012, os grupos do PMDB e do DEM/PSDB (o mesmo Paulo Marcio) saíram separados, mas somados obtiveram 95% dos votos. Nesta eleição saíram juntos e tiveram 57% dos votos, contra os nossos 37% quase sozinhos.

São 37% de votos valiosos, conscientes, de gente que não perde a esperança e que ainda vai governar Água Doce do Norte. ★

***Emílio Font** é militante do PT-ES

Apesar de tudo, relatório final da CNV é avanço

*Pedro Estevam da Rocha Pomar**

A Comissão Nacional da Verdade (CNV) divulgou, em 10/12, seu relatório final. Apesar das insuficiências e limitações institucionais da CNV, erros e vacilações cometidos na condução do trabalho — o relatório representa um avanço notável, não por grandes descobertas no tocante aos crimes da Ditadura Militar, mas sim por suas recomendações ao Estado brasileiro.

Talvez a mais importante recomendação, pelos desdobramentos políticos e práticos que acarreta, seja a de considerar inválidos os dispositivos da Lei 6.683, de 28/9/1979 (Lei da Anistia), cuja atual interpretação pelo Poder Judiciário torna inimputáveis e impunes os militares e outros agentes da Ditadura Militar que sequestraram, torturaram, assassinaram e praticaram outras atrocidades contra os inimigos do regime.

Mais ainda: o relatório identifica como responsáveis diretos ou indiretos pelos crimes cometidos pela Ditadura Militar 377 agentes do Estado, entre os quais dezenas de oficiais-generais do Exército, Marinha e Aeronáutica, a começar pelos ditadores Castello Branco, Costa e Silva, Garrastazu Médici, Ernesto Geisel e João Figueiredo (todos os cinco já falecidos).

A relação inclui os generais Leônidas Pires Gonçalves, que chefiou o DOI-CODI do Rio de Janeiro e foi ministro do Exército no governo Sarney, e Nilton Cerqueira, responsável pela execução de Carlos Lamarca e implicado no atentado ao Riocentro, ambos vivos; bem como os coronéis Brilhante Ustra, Sebastião Curió, Lício Maciel e Leo Cinelli — todos implicados em torturas e execuções e ainda vivos. Infiltrados como "Cabo Ansemo" e "Jota", cuja atuação permitiu o assassinato de dezenas de pessoas, ambos também vivos, integram igualmente a lista.

As principais recomendações da CNV:

●"Reconhecimento, pelas Forças Armadas, de sua responsabilidade institucional pela ocorrência de graves violações de direitos humanos durante a Ditadura Militar";

●Responsabilização jurídica "criminal, civil e administrativa dos agentes públicos que deram causa às graves violações de direitos humanos ocorridas no período", levando-se em conta que "a extensão da anistia a agentes públicos que deram causa a detenções ilegais e arbitrárias, tortura, execuções, desaparecimentos forçados e ocultação de cadáveres é incompatível com o direito brasileiro e a ordem jurídica internacional";

●"Reformulação dos concursos de ingresso e dos processos de avaliação contínua nas Forças Armadas e na área de segurança pública", bem como "modificação do conteúdo curricular das academias militares e policiais, para promoção da democracia e dos direitos humanos";

●"Criação de mecanismos de prevenção e combate à tortura"; "dignificação do sistema prisional e do tratamento dado ao preso"; "alteração da legislação processual penal para eliminação da figura do auto de resistência à prisão";

●Revogação da Lei de Segurança Nacional; desmilitarização das Polícias Militares estaduais; "extinção das Justiças Militares estaduais e exclusão de civis da jurisdição da Justiça Militar Federal";

●"Estabelecimento de um órgão permanente com atribuição de dar prosseguimento às ações e recomendações da CNV"; "prosseguimento das atividades voltadas à localização, identificação e entrega aos familiares, para sepultamento digno, dos restos mortais dos desaparecidos políticos"; "prosseguimento e fortalecimento da política de localização e abertura dos arquivos da Ditadura Militar".

A verdade liberta?

A cerimônia de entrega do relatório da CNV à presidente Dilma Rousseff, no Palácio do Planalto, contou com a presença de um grupo de familiares de mortos e desaparecidos políticos (50 foram convidados, de última hora, de modo que nem todos puderam comparecer), ativistas e outros convidados ligados à questão, além de grande número de jornalistas. O discurso de Dilma indicou, porém, que o governo não mudou sua posição; e não encampará as medidas propostas pela CNV.

A presidente insistiu em dizer, no seu discurso de saudação à CNV, que valoriza "os pactos políticos nacionais que conduziram o país à redemocratização", numa referência à Lei da Anistia. Repetiu essa afirmação, enfaticamente, minutos depois. Acrescentou: "A verdade não significa revanchismo". Discorreu longamente sobre a capacidade da verdade de curar os traumas da sociedade, dando a entender que este é o limite do governo: "verdade", sim; justiça e punição dos torturadores, não. Em resumo: "A verdade vos libertará".

A solenidade do Planalto pareceu surreal. O coordenador da CNV, Pedro Dallari, apresentou o relatório, mas não citou suas conclusões. Não se ouviu dele, menos ainda de Dilma, as expressões tabu "Ditadura Militar" e "Forças Armadas". O ministro da Defesa, Celso Amorim, permaneceu em absoluto silêncio. A tutela militar sobre o governo e a sociedade se fazia sentir, como se fosse preciso pedir desculpas aos generais por se tratar de tema tão desagradável. Quando, pelo contrário, a reeducação política da sociedade e das Forças Armadas exige que o governo federal endosse e divulgue amplamente as conclusões do relatório

Ao final, o autor deste artigo aproximou-se da presidente Dilma e conseguiu conversar rapidamente com ela. Disse-lhe que os familiares dos mortos e desaparecidos políticos querem a punição dos torturadores e a revisão da Lei da Anistia, conforme posição da própria CNV. Pediu-lhe que reconsidere sua posição e que não haverá democracia enquanto houver a impunidade dos torturadores. Dilma respondeu que o governo vai estudar o assunto. ★

---

*O autor é jornalista e militante do PT. Colaborou a jornalista Adriana Miranda.

Mudar o PT para mudar mais o Brasil

*Bruno Elias**

O campo democrático e popular venceu as eleições presidenciais com Dilma Rousseff, mas a luta política segue acirrada no país.

A direita segue atacando em vários flancos: nas manifestações de rua dos saudosos da ditadura, na grande mídia, em setores do parlamento, do poder judiciário, da polícia federal e em particular, disputando os rumos do governo com o programa derrotado pelas urnas, como se depreende da indicação de um ministro da Fazenda alinhado com os conservadores.

Foi neste contexto que nos últimos dias 28 e 29 de novembro, foi realizada em Fortaleza a primeira reunião do Diretório Nacional após as eleições de 2014.

A reunião do DN debateu inicialmente parte da agenda imediata do partido e aprovou orientações sobre a realização da segunda etapa do 5º Congresso do PT, o calendário do PEDEX e das atividades no aniversário do partido. Além disso, também foi dado um informe pelo secretário de finanças refutando o envolvimento do partido com as denúncias acerca da Petrobras.

A segunda etapa do 5º Congresso do PT foi convocada para a data de 11 a 14 de junho de 2015, na cidade de Salvador-BA, e será precedida de etapas municipais (março e abril) e estaduais (maio). A programação se dedicará ao tema da estratégia e da conjuntura (situação nacional e internacional, desafios do 4º governo) e da organização partidária (mudanças estatutárias e modelo de organização do partido).

Defendemos que o 5º Congresso do PT seja um amplo espaço de mobilização, organização partidária e debate estratégico de um programa democrático, popular e socialista para o Brasil. Para tanto, devemos estimular a participação de amplos setores da sociedade, dos movimentos sociais, da intelectualidade democrática, da juventude, de companheiros da nova e antiga militância de esquerda, filiados e não filiados, que foram diretamente responsáveis pela vitória de outubro e são o esteio das mudanças estruturais a serem realizadas nos próximos anos.

Por mais mudanças e mais futuro no segundo mandato Dilma

A segunda parte da reunião tratou do debate de conjuntura. Num primeiro momento, a coordenação da comissão responsável pela elaboração do texto apresentou uma compilação das contribuições enviadas ao DN pelas tendências, chapas e dirigentes.

A Articulação de Esquerda manteve a opinião de que a resolução aprovada pela Executiva Nacional do PT, no último dia 3 de novembro, fosse considerada como texto base a ser emendado pelo DN. Ao final, este acabou sendo o encaminhamento, sem prejuízo de agregar ao texto da CEN trechos das contribuições apresentadas pelo DN.

Em seguida às primeiras intervenções sobre a conjuntura, o DN recebeu a presidenta Dilma. No ato, falaram apenas o governador eleito do Ceará, Camilo Santana, o presidente nacional do PT, Rui Falcão, e a presidenta.

Dilma iniciou agradecendo o apoio e mobilização do PT e reconhecendo o papel decisivo da militância na vitória de outubro. Reafirmou que seu governo foi eleito pelas forças progressistas numa disputa duríssima, e rechaçou o golpismo que ainda pauta setores da oposição.

Ao mesmo tempo, enfatizou muito a importância de estabelecer um forte diálogo com os movimentos sociais, mas não abordou em nenhum momento as recentes polêmicas quanto à equipe econômica ou composição ministerial, embora este tema tenha sido pautado na intervenção da Articulação de Esquerda e de outras tendências ao longo da reunião. Falou do papel dos movimentos sociais e dos partidos aliados, frisando o protagonismo do PT e o fato de que "governo é governo e partido é partido".

Reivindicou as conquistas sociais e ações de governo dos últimos anos e os temas assumidos na campanha, como a criminalização da homofobia, o enfrentamento à violência, o combate efetivo à corrupção e especialmente, a reforma política.

Neste tema, em particular, a presidenta reiterou pontos que ela apoia da reforma política, como o fim do financiamento empresarial, a paridade de gênero, o fim das coligações nas eleições proporcionais e a participação popular.

Tirar as resoluções do papel

Tanto no debate político quanto nos encaminhamentos, prevaleceu um hábito que tem sido comum nas reuniões partidárias. Em geral, as falas são críticas em relação às tarefas colocadas para o partido e nosso governo, mas pouco se aprofunda sobre iniciativas partidárias concretas para traduzir essas reflexões em ação política.

As emendas ao texto, com uma ou outra exceção, foram de complemento ao

conteúdo da resolução original da CEN. A emenda sobre reforma política, por exemplo, reforça a prioridade da coleta de assinaturas da iniciativa popular impulsionada pelo partido e o apoio do PT ao plebiscito proposto pela presidenta Dilma, ao plebiscito oficial da Constituinte e à declaração de inconstitucionalidade do financiamento empresarial às campanhas eleitorais em curso no STF. Foi aprovada, ainda, uma resolução especifica de compromisso com o combate à corrupção.

Outro encaminhamento importante foi em relação à situação da SMAD – Secretaria Setorial de Meio Ambiente e Desenvolvimento do PT. O Diretório Nacional orientou que se realizasse uma reunião ampliada do coletivo setorial em que fosse formalizada a transição de novo secretário.

Manter as linhas gerais do documento aprovado pela Comissão Executiva Nacional foi um ponto positivo da reunião, assim como desencadear o processo de construção da segunda etapa do Congresso do Partido.

O momento político, no entanto, exige mais do que resoluções e declarações públicas. Devemos disputar os rumos do nosso governo e do nosso partido para uma nova estratégia e uma organização partidária à altura destes desafios.

Uma estratégia que nos posicione na luta por reformas democráticas e populares, como a reforma política, a democratização da mídia e as reformas tributária, agrária e urbana e que tenha como central o diálogo com os movimentos sociais, a não criminalização das lutas do povo e um novo tipo de governabilidade.

Ao mesmo tempo, um modelo de organização partidária que reafirme o caráter socialista, militante e de massas do PT, com a retomada dos núcleos e da organização de base, a revitalização dos diretórios partidários, a retomada dos encontros para a renovação das direções partidárias, o apoio efetivo aos setoriais e à atuação dos petistas nos movimentos sociais, uma nova organização da juventude partidária, a constituição de uma agência de notícias e jornal próprios, uma ampla ação de formação política para a militância e os quadros partidários, entre outras iniciativas indispensáveis a serem debatidas pelo 5º Congresso do PT. ★

*__Bruno Elias__ é secretário nacional de movimentos populares da executiva nacional do PT

BANCADA ELEITA PARA A CÂMARA DOS DEPUTADOS

UF	DEPUTADO FEDERAL	VOTOS	%
AC	ANGELIM (PT)	39.844	9.98%
AC	LÉO DO PT (PT)	20.876	5.23%
AC	SIBÁ MACHADO (PT)	18.395	4.61%
AL	PAULÃO (PT)	53.284	3.85%
AP	PROFESSORA MARCIVÂNIA (PT)	16.162	4.19%
BA	CAETANO (PT)	125.862	1.90%
BA	JORGE SOLLA (PT)	125.159	1.88%
BA	VALMIR ASSUNÇÃO (PT)	123.284	1.86%
BA	WALDENOR PEREIRA (PT)	114.965	1.73%
BA	PELEGRINO (PT)	111.252	1.68%
BA	JOSIAS GOMES (PT)	98.871	1.49%
BA	AFONSO FLORENCE (PT)	82.661	1.24%
BA	MOEMA GRAMACHO (PT)	81.414	1.23%
CE	JOSÉ GUIMARÃES (PT)	209.032	4.79%
CE	LUIZIANNE LINS (PT)	130.717	2.99%
CE	ODORICO (PT)	121.640	2.79%
CE	JOSÉ AIRTON (PT)	94.056	2.15%
DF	ÉRIKA KOKAY (PT)	92.558	6.37%
ES	HELDER SALOMAO (PT)	83.967	4.68%
ES	GIVALDO (PT)	50.928	2.84%
GO	RUBENS OTONI (PT)	115.874	3.82%
MA	ZÉ CARLOS (PT)	90.531	2.94%
MG	REGINALDO LOPES (PT)	310.226	3.07%
MG	ODAIR CUNHA (PT)	201.782	1.99%
MG	GABRIEL GUIMARÃES (PT)	200.014	1.98%
MG	WELITON PRADO (PT)	186.098	1.84%
MG	PATRUS ANANIAS (PT)	147.175	1.45%
MG	LEONARDO MONTEIRO (PT)	115.336	1.14%
MG	PADRE JOÃO (PT)	112.722	1.11%
MG	MIGUEL CORREA (PT)	93.450	0.92%
MG	ADELMO LEAO (PT)	57.921	0.57%
MS	ZECA DO PT (PT)	160.556	12.57%
MS	VANDER LOUBET (PT)	69.504	5.44%
MT	SÁGUAS MORAES (PT)	97.858	6.73%
PA	BETO FARO (PT)	142.970	3.81%
PA	ZÉ GERALDO (PT)	105.151	2.80%
PB	LUIZ COUTO (PT)	69.922	3.61%
PI	REJANE DIAS (PT)	134.157	7.74%
PI	ASSIS CARVALHO (PT)	94.093	5.43%
PR	ZECA DIRCEU (PT)	155.583	2.75%
PR	ENIO VERRI (PT)	107.508	1.90%
PR	ASSIS DO COUTO (PT)	76.116	1.34%
PR	TONINHO WANDSCHEER (PT)	71.822	1.27%
RJ	ALESSANDRO MOLON (PT)	87.003	1.14%
RJ	CHICO D'ANGELO (PT)	52.809	0.69%
RJ	LUIZ SÉRGIO (PT)	48.903	0.64%
RJ	BENEDITA DA SILVA (PT)	48.163	0.63%
RJ	FABIANO HORTA (PT)	37.989	0.50%
RS	PAULO PIMENTA (PT)	140.868	2.39%
RS	MARCO MAIA (PT)	133.639	2.27%
RS	HENRIQUE FONTANA (PT)	128.981	2.19%
RS	MARIA DO ROSÁRIO (PT)	127.919	2.17%
RS	MARCON (PT)	116.178	1.97%
RS	PEPE VARGAS (PT)	109.469	1.86%
RS	BOHN GASS (PT)	100.841	1.71%
RS	FERNANDO MARRONI (PT)	94.275	1.60%
SC	PEDRO UCZAI (PT)	135.439	4.01%
SC	DÉCIO LIMA (PT)	112.366	3.33%
SE	JOÃO DANIEL (PT)	52.959	5.40%
SP	ANDRES SANCHEZ (PT)	169.834	0.81%
SP	ZARATTINI (PT)	138.286	0.66%
SP	ARLINDO CHINAGLIA (PT)	135.772	0.65%
SP	ANA PERUGINI (PT)	121.681	0.58%
SP	VICENTE CÂNDIDO (PT)	117.652	0.56%
SP	PAULO TEIXEIRA (PT)	111.301	0.53%
SP	NILTO TATTO (PT)	101.196	0.48%
SP	VICENTINHO (PT)	89.001	0.42%
SP	VALMIR PRASCIDELLI (PT)	84.419	0.40%
SP	JOSÉ MENTOR (PT)	82.368	0.39%

ASSEMBLEIAS ESTADUAIS

Deputados eleitos por partido

PARTIDO	2010	2014
PMDB	149	142
PT	148	108
PSDB	119	98
PSD	--	75
PSB	73	62
PDT	77	60
PP	50	51
PL	55	46
PFL	75	45
PTB	49	40
PSC	34	34
PRB	18	32
Pros	--	29
PV	37	27
PCdoB	18	25
SD	--	23
PPS	37	22
PSL	18	17
PTN	13	17
PEN	--	15
PTdoB	17	14
PRP	13	12
PSol	4	12
PHS	7	11
PRTB	10	11
PTC	8	11
PSDC	8	9
PMN	22	7
PPL	--	4

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Deputados eleitos por partido

PARTIDO	2010	2014
PT	88	70
PMDB	78	66
PSD	--	37
PSDB	53	54
PP	41	36
PR	42	34
DEM	43	22
PSB	34	34
SD	--	15
Pros	--	11
PTB	21	25
PDT	28	19
PCdoB	15	10
PSC	17	12
PRB	8	21
PV	15	8
PPS	12	10
PSol	3	5
PMN	4	3
PTdoB	3	1
PRP	2	3
PEN	--	2
PTC	1	2
PHS	2	5
PRTB	2	1
PSDC	--	2
PTN	--	4
PSL	--	1

Uma legislatura tensionada

*Iriny Lopes**

As eleições de 2014 tiveram a influência marcante e poderosa das grandes corporações. O poder econômico jogou papel preponderante, o que redundou na formatação de um Congresso de viés mais conservador desde o golpe militar de 1964. (...) Será uma Legislatura tensionada, que exigirá do Executivo um diálogo permanente não só com o Parlamento, mas principalmente com a sociedade civil, se não quiser ficar refém de barganhas políticas e ameaças constantes à governabilidade.

A derrota do PSDB pela quarta vez consecutiva levou a oposição a tentar insuflar um golpe. Primeiro, a coordenação jurídica dos tucanos entrou com pedido inconsistente de recontagem de votos, mesma estratégia usada pela direita na Venezuela. Fracassada a intenção, começa a se difundir nas redes sociais a ideia de impeachment de Dilma, usando para isso toda sorte de mentiras, veiculadas dias antes da eleição pela grande mídia, associando Dilma e Lula aos casos de corrupção na Petrobras. Importante destacar que o antipetismo tem sido conduzido pela mídia tradicional, partidos políticos e parte do Judiciário e sua insistência em criminalizar a política.

Além desse ambiente político conturbado, no caso da Petrobras, em que a oposição, com ajuda de delegados flagrados nas redes sociais fazendo campanha para Aécio, fez vazamentos seletivos das delações premiadas, a crise econômica mundial ajudou a desgastar o governo. A imprensa conservadora, desde o início de 2014, vinha batendo na tecla da inflação, do baixo crescimento do PIB, para disseminar a ideia de que "incompetência" de Dilma para comandar a economia. Essa leitura ignora que o mundo vive uma crise econômica que dura sete anos e que a inflação nunca ultrapassou o teto da meta. Se não fosse a coragem e a gestão firme do governo Dilma não teríamos dois outros fundamentos da economia em situação privilegiada e com poucos parâmetros no mundo: crescimento da renda (o que diminui a desigualdade nesse campo) e baixas taxas de desemprego (4,7%).

O país tem uma estrutura multipartidária que leva ao fracionamento, às desigualdades regionais, a uma maioria partidária sem uma visão precisa de mundo e concepção social. Junte-se a isso, a existência de partidos como o PMDB, com grandes bancadas no Congresso Nacional, sem face própria, apenas lidando com interesses regionais e um presidencialismo autocrático. Essa soma leva à constituição de coligações estranhas, superficiais, favorecendo o que se denomina de governabilidade nos marcos do que se convencionou chamar de presidencialismo de coalizão, com o Executivo fazendo grandes coalizões, para não governar com em minoria.

A presidente Dilma mistura ortodoxia, com Joaquim Levy no Ministério da Fazenda, atraso com a possível nomeação de Kátia Abreu para a Agricultura, com prometido desenvolvimentismo e progressismo noutros ministérios sociais. Essa fisionomia governamental trará conflitos e dificilmente se sustentará ao longo do tempo. O que está em jogo é quem pagará a conta pela manutenção e a necessária ampliação dos direitos dos cidadãos e sociais: o capital ou o trabalho, essa opção não tem escapatória. Aos movimentos sociais caberá o papel de garantir e avançar nas conquistas sociais, assegurando a bandeira da construção de uma sociedade igualitária, travando uma luta com a concepção materializada pelos militares e da opção neoliberal consolidada por FHC de construir uma sociedade de consumo e mesmo assim para apenas 20% da população.

As eleições de 2014 tiveram a influência marcante e poderosa das grandes corporações. O poder econômico jogou papel preponderante, o que redundou na formatação de um Congresso de viés mais conservador desde o golpe militar de 1964. A estimativa é que a bancada ruralista passará de 14 senadores para 16 e de 190 deputados para 257. Some-se a isso, 55 parlamentares policiais ou ligados à área (dentre eles dois campeões de votos e com traços fascistas, como Jair Bolsonaro e Celso Russomano), que defendem a revisão no Estatuto do Desarmamento e a redução da maioridade penal, além de 52 evangélicos. Por outro lado, houve expressiva redução na representação sindicalista (passando de 83 para 46), na de defensores de direitos humanos e de negros e as comunidades indígenas continuam sem representantes.

Bolsonaro: este deve ser cassado

Será uma Legislatura tensionada, que exigirá do Executivo um diálogo permanente não só com o Parlamento, mas principalmente com a sociedade civil, se não quiser ficar refém de barganhas políticas e ameaças constantes à governabilidade. Desde já e ao longo dos próximos quatro anos, a oposição pode tentar, como foi feito no Paraguai, o chamado golpe institucional, auxiliado pelo Legislativo. Para enfrentar esses desafios, Dilma terá que compor com setores diversos, mas sobretudo buscar nas ruas a força para fazer as reformas que o país necessita, sobretudo a política e sair da armadilha montada pela oposição que é de dar um golpe na democracia. Neste cenário conturbado, torna-se imprescindível a luta pela reforma política, feita por uma Constituinte exclusiva, e a regulação da mídia. São temas estruturantes que definirão o futuro do PT, do projeto da esquerda e do país.★

***Iriny Lopes** é deputada federal (PT-ES)

Pimentel Governador

*Marco Aurélio Rocha**

A campanha vitoriosa do PT para o governo de Minas Gerais em 2014 iniciou-se em clima de desconfiança por parte dos movimentos sociais, sindicais e também da militância petista. As sequelas do acordo firmado entre Pimentel e Aécio nas eleições para a prefeitura de Belo Horizonte em 2008 incluíam feridas não totalmente cicatrizadas.

Pimentel e todo o PT sabiam disso, mas um sentimento maior fez com que o PT mineiro conseguisse um feito há muito perseguido, que era em primeiro lugar a unidade do Partido e em segundo lugar ter uma candidatura que conseguisse derrotar o projeto neoliberal tucano e levar um petista pela primeira vez a ocupar a cadeira do Palácio da Liberdade.

Pimentel percebeu que para construir uma candidatura vitoriosa do PT, era imprescindível conquistar a confiança dos movimentos sociais e sindicais. Para tanto, ainda em 2013 reuniu-se com várias lideranças do PT, parlamentares, representantes de tendências do partido e o resultado destas reuniões foi designar a cada força interna que levasse às suas bases o convite para o diálogo com o futuro candidato, no sentido de construirmos juntos um programa de governo. Coube às tendências mais à esquerda no partido, incluindo aí a Articulação de Esquerda, o chamamento ao debate com os movimentos sociais e sindicais, tendo como referência o deputado estadual Rogério Correia. E assim foi feito. Foram realizadas várias reuniões com os movimentos sociais, com todos os sindicatos, principalmente com os trabalhadores da saúde, educação e da segurança pública.

Iniciada a campanha, Pimentel pôs o pé nas estradas de Minas, aprofundando a proposta de diálogo com todos os movimentos da sociedade, de acordo com o slogan de campanha: "ouvir para fazer melhor". Esta proposta deu resultados e aquela desconfiança inicial se transformou em compromissos para um governo democrático, popular e participativo. Todos estes movimentos selaram a unidade partidária, dos movimentos sociais, populares e sindicais com a certeza que a candidatura Pimentel tinha todas as possibilidades de ser vitoriosa.

Como nem tudo são flores, os primeiros "esbarrões" de campanha eram inevitáveis, a começar pelo visual nos materiais de campanha; a militância, sindicalistas e movimentos sociais estranharam no início o sumiço da cor vermelha e o excesso do azul, numa tonalidade exatamente igual à campanha tucana, o que levou muitos a desconfiarem da volta do "pimentécio" em versão contrária, ou seja, Pimentel aqui, Aécio lá. Outro ponto criticado era a ausência da campanha da presidenta Dilma nos primeiros materiais gráficos. A campanha tucana percebeu isso e estando mal posicionada nas pesquisas, contra-atacou com cartazes *(vermelhos)* apócrifos com os dizeres: "Minas agora é do PT, Pimentel é do PT". Mas o tiro saiu pela culatra, Pimentel continuava a crescer nas pesquisas. A pressão da militância valeu, a campanha "envermelhou" e Dilma apareceu!

Pimentel venceu no primeiro turno com 52,98% dos votos, contra 41,89% do candidato tucano, o que por outro lado evidenciou a força da máquina do governo estadual trabalhando pelo seu candidato.

Vencida a eleição, veio o momento difícil da montagem do governo, quando esperamos habilidade para atender aos anseios e expectativas do funcionalismo público, sindicatos, movimentos e, claro, dos partidos e da base que levou o candidato à vitória.

Herança maldita

Outro desafio a ser vencido está na Assembleia Legislativa: dos 77 deputados estaduais, a coligação que apoiou Pimentel (PT, PMDB, PCdoB, PROS e PRB) elegeu 26 deputados, enquanto a coligação liderada pelos tucanos elegeu o restante, conseguindo assim maioria numérica. Todos sabem por aqui nas Alterosas que esta maioria não se sustenta por muito tempo: os deputados eleitos pelos chamados partidos nanicos e outros que compõem a base nacional da presidenta Dilma, mas que aqui se alinharam com a candidatura tucana, têm uma forte "tendência" a se alinhar com o governo Pimentel. Muitos querem ser prefeitos em suas cidades em 2016 e o apoio do governador é muito importante.

Outro desafio para o governo Pimentel é a herança maldita que os tucanos estão deixando no Estado. A dupla Aécio/Anastasia governou Minas sob a ótica do puro marketing. Milhões foram gastos em propaganda governamental em torno da grande farsa do Choque de Gestão e do Déficit Zero, tendo ainda a grande mídia mineira como parceira na montagem deste grande circo midiático-governamental, sob as ordens de Andréa Neves, que como diz o deputado Sávio Souza Cruz do PMDB, um dos líderes do bloco Minas Sem Censura na Assembleia, é a "Goebbels das Alterosas" que faz controle rígido do que sai na mídia, exercendo verdadeira censura para não saia nada que desabone seu irmão Aécio Neves.

Reconstruir Minas Gerais será o maior desafio de Pimentel. O estado é o segundo maior endividado do país, a dívida pública mineira consolidada já chega a 90 bilhões de reais, comprometendo o orçamento de 2015 em 6 bilhões. Também fazem parte da herança maldita do PSDB em Minas os 8 bilhões de reais desviados da saúde e os 8 bilhões de reais desviados da educação, que não tiveram seus mínimos constitucionais respeitados nos últimos doze anos. Assim como a carreira congelada dos servidores públicos estaduais e o pagamento dos servidores da educação abaixo do Piso Salarial Nacional.

Pimentel terá um grande trabalho pela frente, mas as expectativas são boas, o governador eleito acena com maior participação da sociedade nas tomadas de decisão do governo, incorporando movimentos organizados, trabalhadores, funcionalismo público e sindicatos. Minas Gerais viveu nestes anos com uma verdadeira "cerca neoliberal", que não deixava entrar aqui com toda intensidade os programas dos governos Lula e Dilma, e quando entravam mudavam de nome. Agora temos a chance com Pimentel e Dilma mudar a realidade de nosso Estado. ★

***Marco Aurélio Rocha** é da executiva do PT em Belo Horizonte

Rogério Correia é reeleito

*Marco Aurélio Rocha**

O deputado estadual Rogério Correia foi reeleito, com 72.413 votos, para seu quarto mandato na Assembleia de Minas Gerais. Rogério é professor (matemática e física), fundador da União dos Trabalhadores do Ensino (UTE), atual Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais (Sind-UTE/MG), militante do Partido dos Trabalhadores e da CUT. Antes de ser deputado estadual, foi por três mandatos vereador por Belo Horizonte.

Em 1998 foi eleito para seu primeiro mandato de deputado estadual. Durante todos estes mandatos Rogério sempre foi reconhecido por sua intransigente defesa dos trabalhadores e dos movimentos sociais e sindicais.

Em 2006, Rogério concorreu a uma vaga na Câmara Federal e não conseguiu se eleger. Mas, como diz o ditado, "há males que vem para o bem", foi aí que teve a oportunidade de revelar sua capacidade de gestor também no poder executivo. Nomeado pelo presidente Lula como delegado do Ministério do Desenvolvimento Agrário em Minas Gerais, Rogério se tornou responsável pela coordenação das políticas públicas para a Reforma Agrária e Agricultura Familiar, conseguindo aumentar, de 242 milhões para 2 bilhões de reais, o crédito financeiro destinado à área rural em Minas Gerais, tendo contribuído na implantação e ampliação de programas como as biblioteca rurais do "Arca das Letras", "Expresso Cidadão", "Território da Cidadania", "Casa Digital" e o "Crédito Fundiário".

Em 2010, Rogério foi eleito novamente deputado estadual, sendo escolhido líder da bancada do PT. Todas as lideranças no PT, parlamentares, movimentos sociais e sindicais são unânimes em dizer que a volta de Rogério à Assembleia foi crucial para fortalecer a oposição ao projeto neoliberal do tucano Aécio Neves em Minas Gerais. Com sua experiência e capacidade de diálogo, Rogério conseguiu articular a criação do bloco de oposição Minas Sem Censura. O MSC foi preponderante para fazer o contraponto, através da TV Assembleia, do Blog do MSC, do próprio site do deputado e dos jornais e boletins do MSC, às mentiras do governo Aécio/Anastasia, à falácia do choque de gestão e do famigerado déficit zero e denunciar os desmandos do governo tucano, visto que a mídia local estava toda dominada pelo irmãos Neves, Aécio e Andréa.

Em 2011 o mandato de Rogério foi ameaçado. A revista *Veja* publicou uma denúncia, sugerindo que o deputado era um dos mentores da falsificação, pelo lobista Nilton Monteiro, da chamada Lista de Furnas, um documento que traz o nome de supostos beneficiários de esquema de caixa dois tucano nas eleições de 2002. A *Veja* omitiu que existe sentença judicial, proferida pela juíza Maria Luiza Marilac Alvarenga de Araújo, inocentando Nilton Monteiro (processo 024.06.029.163-0, do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, 11/2009). Dentre outros motivos, a absolvição se deu pela existência de um Laudo de Exame Documentoscópico (Mecanográfico e Grafotécnico) do Instituto Nacional de Criminalística, feito pelo Departamento de Polícia Federal do Ministério da Justiça, apontando que a versão original da Lista de Furnas não apresentava indícios de montagem.

Em seguida, o jornal *O Estado de Minas* publicou reportagens, dentre as quais "O esquema do fraudador", sugerindo que Nilton Monteiro teria cobrado dívida "por supostos serviços prestados" a Rogério Correia. Em editorial, o jornal pediu a cassação do petista. Foi a deixa para que o PSDB formalizasse o pedido à Assembleia Legislativa. O jornal foi processado e a justiça deu direito de resposta a Rogério.

Para as eleições municipais de 2012, Rogério Correia, junto a militantes da esquerda petista, tendências e independentes insatisfeitos com os rumos tomados pelo PT-BH desde 2008, encabeçou movimento chamado Coerência Petista, tendo como objetivo uma candidatura própria do PT para a prefeitura de Belo Horizonte.

O Coerência Petista se fortaleceu e no PED 2013 Rogério foi lançado candidato à presidência do PT de Minas Gerais, tendo obtido 3.852 votos ou 7,81% do total.

Toda essa movimentação política, além das audiências e projetos de lei apresentados, credenciaram o mandato de Rogério Correia a tentar a reeleição em 2014.

Foi uma campanha difícil! Com poucos recursos financeiros, como é de costume com candidaturas mais à esquerda, a campanha teve que ser feita basicamente com a ajuda da militância e dos movimentos sociais. Neste quesito a campanha de Rogério fez a diferença. Sua atuação com os movimentos sociais, como o MAB e o MST, a parceria com os trabalhadores rurais no Estado, obtendo o apoio dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais, do trabalho com a agricultura familiar, funcionalismo público e principalmente com os professores da rede estadual pavimentou a vitória de Rogério Correia nas urnas.

Esta guinada de Rogério para o interior do Estado, desde sua época como delegado do Ministério do Desenvolvimento Agrário em Minas, fez o quadro de sua votação também mudar. Nos mandatos anteriores, sua votação era praticamente metade em Belo Horizonte e região metropolitana e outra metade no interior. Nesta eleição, dos 72.413 votos, 16.366 vieram de Belo Horizonte e mais 8.977 da região metropolitana. A parcela maior, 47.059 votos, foi dada pelo interior do Estado.

Dos 77 deputados da Assembleia, Rogério Correia obteve a posição 29ª. O PT elegeu 10 deputados estaduais, Rogério foi o quinto mais votado. A prestação de contas de Rogério foi a segunda mais baixa da Assembleia: R$ 218 mil reais. A primeira foi também do PT, o companheiro Dr. Jean com R$ 204 mil reais, que conseguiu seu primeiro mandato. A média dos 77 deputados da Assembleia girou em torno de R$ 613 mil reais, sendo que a campanha mais cara na Assembleia de Minas Gerais foi de R$ 3,4 milhões de reais.

O desafio para o mandato que se inicia em fevereiro de 2015, agora sendo situação no governo estadual, é continuar defendendo os interesses dos trabalhadores, do funcionalismo público, principalmente dos professores, dos trabalhadores rurais e da agricultura familiar, ajudando o governo Pimentel a implementar em Minas um governo Democrático e Popular. ★

***Marco Aurélio Rocha** é da executiva do PT em Belo Horizonte

A crise na indústria e o PPE

O chamado PPE – Programa de Proteção ao Emprego— tem como eixo a redução da jornada e de salários, com a contrapartida de manutenção do emprego por um certo período.

Esta proposta não foi aprovada em nenhuma instância cutista e nas poucas vezes em que foi debatida em fóruns restritos e sem caráter deliberativo, foi amplamente questionada por dirigentes de todas as correntes políticas;

A Articulação de Esquerda manifestou-se formalmente e por escrito contra a implantação do PPE e contra sua negociação por parte da CUT, pois concretamente a proposta baseada no modelo alemão abre caminho para a generalização deste instrumento para todos os ramos e setores, numa conjuntura política em que a luta pela afirmação e ampliação de direitos é central na disputa de rumos da sociedade brasileira.

No entanto, nosso posicionamento contrário ao PPE não significa tergiversar sobre os graves problemas estruturais por que passa a indústria no Brasil, em processo de desnacionalização e desindustrialização com conseqüências nefastas para o desenvolvimento econômico e social do país. Não tem desenvolvimento econômico sem indústria forte e não tem classe trabalhadora forte sem desenvolvimento econômico.

Nem tão pouco podemos fechar os olhos para a situação atual da indústria automobilística, que embora tenha sido beneficiada com mais de 8 bilhões em desonerações e remetido cerca de 35 bilhões em lucros para as suas matrizes, alega crise, demite e coloca em lay-off milhares de trabalhadores.

Esta situação deve ser tratada e encaminhada em mesa setorial específica, a exemplo de outras experiências como o Acordo Nacional da Construção Civil.

No entanto, de forma mais abrangente, a CUT deve aprovar resolução que incorpore as propostas expostas no documento final do Seminário Nacional do Macrossetor Indústria realizado em Guarulhos-SP nos dias 24 e 25 de julho de 2014. Neste documento, os ramos do Macrossetor são claros ao afirmar que "apenas com as medidas estruturais, como as propostas abaixo, os desafios com os quais nos deparamos serão contornados". A saber:

- implementar política econômica com foco na redução da taxa básica de juros incentivando o investimento produtivo;
- retomar a política de utilização dos bancos públicos como indutores da queda de juros ao consumidor e de maior oferta de linhas de crédito;
- otimizar a fiscalização das importações e evitar a entrada de produtos estrangeiros que estejam fora dos padrões de qualidade e segurança da produção nacional;
- criar ferramentas tributárias que protejam a competitividade da indústria nacional;
- taxar as remessas de lucro das multinacionais, estimulando o reinvestimento produtivo no país;
- criar a exigência de contrapartidas sociais para desonerações fiscais, empréstimos e licitações públicas;
- implementar política de controle cambial, com ajuste gradual do câmbio para patamares favoráveis ao desenvolvimento e fortalecimento da indústria nacional;
- incentivar a exportação de produtos com maior valor agregado;
- estabelecer medidas de incentivo e proteção à indústria nacional tradicional, assim como segmentos mais desenvolvidos tecnologicamente, com desenvolvimento sustentável;
- ofertar mais e melhores programas de formação profissional com objetivo de proporcionar melhores condições salariais;
- incentivar a criação de centros de pesquisa e desenvolvimento através das universidades brasileiras, com vistas a aumentar a produtividade e a competitividade da produção nacional;
- condicionar investimentos públicos em empresas que cumpram com critérios de conteúdo mínimo nacional;
- estabelecer critérios para o deslocamento das empresas de uma localidade para outra para que sejam minimizados os impactos das mudanças na vida dos trabalhadores;
- criar mecanismos de participação para que os trabalhadores tenham assento no CADE – Conselho Administrativo de Defesa Econômica.

Por fim, para ser conseqüente e coerente com as resoluções congressuais e buscando incidir na disputa de rumos da política econômica e do desenvolvimento no país a CUT deve aprovar resolução criticando duramente a política de aumento de juros efetivada nos últimos meses, bem como posicionar-se e contra propostas de ajuste fiscal contrários ao programa que venceu as eleições presidenciais.

As posições defendidas pela Articulação de Esquerda foram consideradas na resolução adotada pela direção nacional da CUT, em reunião realizada no dia 11 de dezembro de 2014. A resolução, que ainda não estava disponível no momento em que fechamos esta edição do Página 13, será disponibilizada assim que possível no www.pagina13.org.br ★

Derrota ideológica

Jozafa Ribeiro Maciel*

Kátia Abreu: só Joaquim Levy é mais recionário

A não eleição do candidato a deputado federal pelo PT foi uma derrota para o partido no Tocantins. Já a eleição do suplente petista ao Senado, na chapa encabeçada por Kátia Abreu, embora tenha sido eleitoralmente importante, foi uma perda de identidade ideológica

No primeiro turno em Tocantins, Dilma venceu em 135 dos 139 municípios. Aécio Neves em três municípios. Marina Silva venceu apenas na Capital. A presidenta Dilma obteve 50,23% dos votos. Aécio Neves 27,67% e Marina Silva 20,53%. A principal força da Marina Silva foram os evangélicos e a juventude.

No segundo turno Dilma passou de 50,23%, para 59,49% e Aécio Neves variou de 27,67% para 40,51%. Mesmo tendo aumentado sua votação no segundo turno, Dilma foi derrotada por Aécio Neves em dez cidades, com destaque para Palmas e Colinas do Tocantins, cidade berço do PT, onde o partido está no seu quarto mandato à frente da prefeitura. Proporcionalmente a pior derrota foi em Fortaleza do Tabocão, onde obteve apenas 41,63%. Venceu em 129 municípios tocantinenses com destaque para Lizarda com 82,78%, Carrasco Bonito com 81,01% e Paranã com 80,84%.

Para governador, a eleição foi disputada por cinco candidaturas: 1) Marcelo Miranda do PMDB pela coligação "A experiência faz a mudança", formada por PMDB/PV/PT/PSD; 2) Sandoval Cardoso do SD (candidato da situação) pela coligação "A mudança que a gente vê", formada por PRB / PP / PDT / PTB / PSL / PSC / PR / PPS / DEM / PRTB / PHS / PTC / PSB / PRP / PSDB / PEN / SD; 3) Ataídes Oliveira do PROS, pela coligação "Reage Tocantins", composta pelos partidos PROS / PTN / PPL / PMN / PSDC / PC do B / PT do B; 4) Eula Angelim pelo PSOL e 5) Carlos Potangi pelo PCB.

Até o dia da convenção, o PT tinha candidatura própria ao governo do Tocantins: o companheiro Paulo Mourão. No entanto, o Diretório Nacional recomendava ao PT/TO fazer coligação com o candidato a governador do PMDB, reivindicando a vaga de vice-governador. A convenção foi marcada por discusões calorosas e duras críticas entre os que defendiam apoio ao PMDB e o grupo que defendia candidatura propria. A posição que defendia a coligação saiu vitoriosa e formou uma coligação com o PMDB, PV, PT e PSD, tendo os candidatos a governador e a senadora do PMDB, o vice-governador do PV, o primeiro suplente do senado pelo PT e segundo suplente do PSD.

A chapa de deputados federais foi composta pelos mesmo partidos. O PT indicou apenas um candidato a deputado federal, o companheiro Freitas do PT. A chapa majoritária se comprometeu em buscar condições politicas e financeira para a eleição do deputado federal. Durante a campanha os compromissos não foram cumpridos e o PT teve um dos piores resultados das últimas eleições: além de não eleger deputado federal, a quantidade de votos foi abaixo da média das últimas eleições, o que vai refletir no valor do fundo partidário.

Sob o inaceitável argumento de que o candidato a deputado federal não teve recursos para custear as despesas da campanha, várias lideranças e candidatos a deputado estaduais fizeram campanha para outros candidatos a deputado federal da mesma chapa, levando o partido a um resultado desproporcional. Para deputado estadual o PT foi o segundo partido mais votado, com 84.018 votos ou 11,10%. Já para deputado federal o partido ficou na décima-primeira posição, com apenas 18.278 votos ou 2,49%.

Do ponto de vista politico também foi uma derrota, até porque havia no diretório estadual a proposta de lançar o maior numero de candidatos a deputados federais para aumentar a votação do partido e "construir", formar lideranças. Havia pelo menos oito companheiros e companheiras dispostos a disputar uma vaga para a Câmara Federal.

A chapa proporcional federal conquistou quatro cadeiras na Câmara dos Deputados, sendo três do PMDB e uma do PSD.

Para a Assembleia Legislativa, a política adotada foi lançar duas chapas, uma formada pelo PMDB/PSD e a outra pelo PT/PV. Havia a expectativa de eleger pelo menos dez deputados e deputadas. O resultado foi abaixo do esperado, com apenas oito eleitos na base do governo eleito. A chapa formada pelo PT/PV lançou 40 candidaturas, sendo 25 do PT e 15 do PV, com a previsão de eleger pelo menos quatro deputados e deputadas, no entanto elegeu três, todos do PT: Paulo Mourão, que foi o mais votado da coligação, Amália Santana e Jose Roberto. Vale dizer que o candidato à reeleição governador Sandoval Cardoso, do Solidariedade, lançou três chapas de estaduais, que ao final elegeram 15 dos 24 deputados estaduais da assembleia.

A decisão adotada pela maioria do Partido, de lançar um suplente na chapa da senadora Katia Abreu levou parte da base a não seguir a orientação. A justificativa defendida para esta coligação é que com a reeleição da Presidenta Dilma a senadora Katia Abreu assumiria um ministério e portanto o PT passaria a ter um senador da República pelo Tocantins. O nome indicado para suplente foi o ex-presidente do Partido Donizeti Nogueira. Ao final, a senadora Katia Abreu foi reeleita com 41,64% contra 40,77% do segundo colocado. A eleição de governador foi definida no primeiro turno, com a vitória de Marcelo Miranda do PMDB com 51,30%, derrotando Sandoval Cardoso, que era o candidato do ex-governador Siqueira Campos.

A não eleição do candidato a deputado federal foi uma derrota para o partido. Já a eleição do suplente ao Senado, embora tenha sido eleitoralmente importante, foi uma perda de identidade ideológica, pois o PT contribuiu para a manutenção de uma das principais defensoras do agronegócio patronal no Senado, em detrimento dos agricultores familiares. ★

***Jozafa Ribeiro Maciel**, secretário-geral do PT-TO

Tempos vermelhos

Os tempos estão cada vez mais difíceis para quem defende uma concepção de esquerda autêntica e acredita na via democrática para transformar o mundo. Mas haverá caminho sem percalços para quem não pretende abrir mão da ideologia?

*Rafael Tomyama**

Nesta campanha eleitoral em 2014 deve-se admitir que a imprensa – o verdadeiro partido da direita golpista – conseguiu realizar um feito que não havia obtido nas outras três eleições gerais anteriores, em que as candidaturas do PT venceram a disputa pela presidência da República: colar no partido uma imagem caricata e estereotipada de sua atuação com o objetivo de promover a sua remoção do cenário político.

O movimento de conteúdo conservador e reacionário, que pretende enxovalhar não só o PT, mas a política e os políticos como um todo, foi bem sucedido até certo ponto, embora o partido ainda tenha conseguido manter muito espaço nos parlamentos e nos governos que conquistou, seja encabeçando chapas, seja em coalizões que integra. As principais vitórias, no entanto, se deram onde o partido não se descaracterizou, ou seja, não perdeu a sua essência militante e o povão pode identificá-lo com o desejo de mais mudanças e mais avanços.

Ceará

Inversamente no caso do Ceará, isso pode explicar porque a campanha de Camilo Santana, candidato do PT ao governo, teve um desempenho eleitoral abaixo do esperado e dificuldade para vencer a acirrada disputa contra o adversário Eunício Oliveira (PMDB). A articulação da candidatura petista foi resultante de uma manobra imposta ao partido pelos irmãos Ciro, Cid e Ivo Gomes, abrigados na legenda PROS. A campanha, subalterna aos desígnios do comando oligárquico, trocou o símbolo da estrela e a cor vermelha tradicionais do PT, pela apresentação insípida e bajulatória das realizações governistas na TV.

Para a composição da bancada parlamentar do PT, tal arranjo teve ainda um saldo mais nefasto, levando a representação do partido na Assembleia Legislativa a cair de cinco para dois deputados estaduais. O resultado, em que não houve nenhuma recondução, sendo todos os eleitos do PT novatos na Casa, implica também num "recado" crítico do eleitorado à atuação subordinada da agremiação no parlamento estadual.

Considerando ainda que os votos do PT ajudaram a coligação a eleger outros 22 aliados, sendo destes 12 do PROS, e embora a bancada federal tenha se mantido com quatro deputados petistas, é o pior resultado partidário das últimas eleições no Ceará e demonstra como a força do poder econômico interfere decisivamente no desenlace do processo político, apoiando projetos conservadores de direita com os quais se identifica.

Camilo e Cid: vitória comanda pelos irmãos Gomes

Vermelhos

Ainda que os candidatos apoiados pela Articulação de Esquerda no Ceará não tenham conseguido se eleger, a tendência cumpriu um importante papel ao realizar campanhas limpas, conscientizadoras e de demarcação programática, em meio a um cenário de diluição organizativa e ataques anti-petistas.

Deodato Ramalho, nosso candidato a deputado federal, iniciou a campanha com a expectativa de colaborar com o desempenho da legenda e ampliar o alcance de seus posicionamentos críticos e combativos. Entendemos que os objetivos políticos foram plenamente alcançados.

Ele alcançou os 18,5 mil votos em todo estado, enquanto o aliado Guilherme Sampaio, da Casa Vermelha, candidato a deputado estadual, atingiu 11,5 mil votos. A votação de ambos os vereadores, como não poderia deixar de ser, se deu principalmente em Fortaleza.

A votação do companheiro Deodato, devido à sua história de apoio às lutas populares e sindicais em diversos municípios, teve boa penetração no interior do estado e também pode apontar bases para uma construção com maior organicidade em alguns lugares.

A campanha serviu para evidenciar mais nossas figuras públicas, bem como fortalecer a profícua parceria com o grupo local Casa Vermelha, para continuidade do apoio às lutas sociais por reformas políticas e estruturais e a conformação do bloco de oposição em Fortaleza e pela candidatura própria do PT na capital em 2016.★

***Rafael Tomyama** coordenou a campanha de Deodato Ramalho a deputado federal

Foto: Aline Paiva Girão

Deodato Ramalho e Guilherme Sampaio, candidatos do PT a deputado federal e estadual, respectivamente, apoiados pela AE no CE

Marcon e a luta pelos trabalhadores do campo

*Marci Hences**

Reeleito com 116.178 votos, um acréscimo de 16% em relação às eleições de 2010, o deputado federal Dionilso Marcon (PT/RS) assumirá, em 2015, seu segundo mandato na Câmara dos Deputados. Entre os deputados federais eleitos pelo PT, no Rio Grande do Sul, foi o que mais aumentou o número de votos, apesar do sentimento de antipetismo que tomou o país.

O parlamentar é hoje o único deputado gaúcho que mora num assentamento. Iniciou sua trajetória política em 1987, em Ronda Alta, quando fez parte da diretoria do Sindicato dos Trabalhadores Rurais. Foi integrante da direção do MST. É assentado desde a década de 1990 em Nova Santa Rita, região metropolitana.

Apesar de ter ampliado sua representatividade também na área urbana, nos movimentos de Luta por Moradia, Segurança Pública etc., a pauta dos trabalhadores do campo, onde começou a militância e é sua bandeira histórica. No próximo mandato, seguirá representando os interesses dos pequenos agricultores e a luta pela reforma agrária.

Reforma Agrária

Para Marcon, infelizmente, apesar do PT estar a mais de 10 anos no governo federal, a reforma agrária ainda não saiu do papel. "Vivemos um governo muito contraditório, que fez alianças com grupos de direita e hoje está amarrado a esses setores. A bancada ruralista do Congresso aumentou 27% nessas eleições. Portanto, o agronegócio tem um poder muito forte de decisão no governo," explicou Marcon.

Por isso, ele pensa que é preciso construir novas estratégias de luta e que o povo precisa se mobilizar, pressionando o governo para criar novos assentamentos. Marcon também defende a criação de políticas públicas para fortalecer os assentamentos já existentes.

Nesses 30 anos desde o nascimento do maior movimento organizado de luta pela distribuição de terra na América Latina -- o MST -- muita coisa mudou no Brasil. Hoje, a reforma agrária engloba outros vieses que vão além daqueles originais. "Não queremos somente terra, que era uma necessidade nossa, quando fomos acampados, na década de 1980. Os trabalhadores lutam também por melhores condições de vida no campo, acesso à educação, transporte, moradia, cultura, lazer, luz elétrica, água encanada, enfim, por mais infraestrutura," afirmou Marcon.

Além disso, é preciso a implantação de assentamentos com base na viabilidade econômica e preservação do meio ambiente. E a adoção de instrumentos fundiários de acordo com a região, clima e população para melhorar a produção. "O cultivo de alimentos livre de agrotóxicos também é uma de nossas bandeiras," explicou Marcon.

Políticas agrícolas

Neste mandato, o deputado Marcon ajudou a liberar mais de 100 milhões de reais para a construção de redes de abastecimento de água em comunidades quilombolas, indígenas, assentamentos e agricultura familiar. O parlamentar foi o único deputado gaúcho do PT que fez parte da Comissão Especial da Medida Provisória 636/2013, que discutiu o endividamento agrícola dos assentados da reforma agrária.

Com relação às políticas agrícolas para o próximo mandato, o deputado Marcon continuará lutando pela anistia da dívida dos pequenos agricultores e assentados. Também defende a qualificação do jovem rural para permanecer na terra com acesso à cultura, lazer, internet, luz, subsídios, seguro renda familiar.

A regularização fundiária e o fortalecimento do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar com repasse imediato ao consumidor (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae), são projetos que o deputado Marcon apoia. O incentivo à agroindústria familiar, a limitação da propriedade rural, desapropriação das terras dos sonegadores da União e de terras com trabalho escravo também continuarão na pauta do deputado Marcon.★

***Marci Hences** é assessora de Imprensa deputado federal Dionilso Marcon

Dionilso Marcon

O mais votado do PT

*Leandro Molina**

O deputado petista Edegar Pretto (AE) foi reeleito para a Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul com 73.122 votos. Pela segunda vez, foi o mais votado da bancada do PT no Parlamento gaúcho.

Natural de Miraguaí, no interior do RS, Edegar Pretto tem suas origens na agricultura familiar. Filho do deputado federal Adão Pretto – falecido em 2009 – seguiu os passos do pai e tem trajetória marcada por identidade e afinidade com as lutas dos movimentos sociais do campo e da cidade.

"Fui reeleito com votos que conquistamos graças ao reconhecimento do trabalho incansável do mandato que fizemos ao longo de quatro anos. Mas também foi um voto para reeleger o filho do Adão. Orgulho-me desta história e herança política que meu pai deixou", destacou Pretto.

Na Assembleia Legislativa, Edegar Pretto assumiu importantes desafios. Como líder da bancada do PT, soube articular as principais conquistas do Governo do Estado nos últimos quatro anos em áreas da agricultura familiar, educação, segurança, saúde, habitação e ações pelo fim dos pedágios privados no estado.

"É gratificante ver a luta que cada um e cada uma fez junto conosco. Companheiros e companheiras que não tiveram dia nem hora para trabalhar, que estiveram ao nosso lado e reconheceram o trabalho que fizemos no mandato", agradeceu.

Edegar Pretto comemorou o fato de, no Rio Grande do Sul, o PT ter tido o maior número de votos na legenda, em que pese a redução do número de cadeiras no parlamento estadual. "O PT foi a legenda mais votada entre todos os partidos e continuamos sendo a maior bancada na Casa", avaliou.

Segundo ele, isto orgulha a militância. "Nos dá motivos para continuarmos na luta por uma sociedade melhor", acrescentou. A disputa à Assembleia Legislativa gaúcha resultou em 21 novos deputados e deputadas, do total de 55.

Apesar de ter perdido três cadeiras no Parlamento, o PT seguirá com a maior bancada, e na próxima legislatura terá 11 deputados e deputadas, nove reeleitos e dois novos. "Pela segunda vez tive a alegria de ser o deputado mais votado do PT na Assembleia, e trabalho para honrar o legado político do meu pai e a confiança de todos e todas que votaram em nosso projeto", afirmoyz Edegar Pretto.

Edegar Pretto

Foto: Leandro Molina

O líder petista considera que a eleição deste ano foi diferente, marcada pela recente realização da copa do mundo, das manifestações da população nas ruas em junho de 2013 e, principalmente, pela permanente demonização da política por parte da grande mídia nacional, um ódio disseminado por todos os cantos.

"Houve uma grande campanha para evitar que a sociedade participasse da política, afirmando que nenhum político presta; e nós sempre defendemos uma participação maior da cidadania para qualificar a democracia", observou.

Em função da derrota de Tarso Genro, candidato do PT ao governo gaúcho, Edegar Pretto ressalta que a bancada petista fará na Assembleia Legislativa uma oposição consciente ao novo governo eleito.

"Teremos uma oposição que possa fazer bem ao Rio Grande do Sul, sem atrapalhar os gaúchos e gaúchas. Vamos lutar para manter as conquistas sociais que tivemos, sem aceitar retrocessos", afirmou.

Em relação ao governo federal, o deputado saudou a vitória da presidenta Dilma Rousseff e repudiou as conspirações e ataques que o PT sofreu antes e durante o período de campanha.

"Achamos que este Brasil e este projeto podem mais, e estaremos mobilizados com movimentos sociais e organizações para apoiar a presidenta na implementação de tantas reformas necessárias e importantes, como a tributária e política", enfatizou.

Edegar Preto defendeu a necessidade de uma reforma política no país. "Não podemos aceitar que o capital permaneça ditando as regras da política", disse, referindo-se ao fato de 50% do novo Congresso Nacional eleito, ser composto por milionários. "Precisamos de um Parlamento mais representativo, e é urgente que continuemos lutando para construir esta possibilidade", ressaltou. ★

***Leandro Molina** é assessor de comunicação do mandato

A luta continua!

*Ana Affonso**

A vitória da presidenta Dilma significa a perspectiva de avanço nas conquistas para a classe trabalhadora no Brasil, por uma integração latino-americana e de inserção soberana no mundo.

Infelizmente no Rio Grande do Sul não conseguimos reeleger o governo Tarso. Vamos ter que articular uma forte oposição na defesa dos direitos dos servidores públicos e do povo gaúcho. Lamentamos ainda, a derrota do companheiro Olívio para o Senado.

Esta eleição marcou a necessidade da Reforma Política, "a mãe de todas as reformas", necessária, principalmente, para acabar com o financiamento privado desproporcional para as campanhas, com enorme volume de recursos para candidatos dos partidos conservadores e de alguns petistas.

Esta realidade nos tirou a possibilidade de reeleger mandatos comprometidos com as lutas dos movimentos sociais, na organização e fortalecimento do PT vinculados à esquerda petista. Este foi um dos fatores principais –sem prejuízo da necessária análise de erros cometidos por nós—que explica o fato da Articulação de Esquerda no RS, que tinha um deputado e uma deputada estadual, reeleger apenas um, dos seis candidatos que disputavam.

Neste contexto, as mulheres no Parlamento gaúcho também foram afetadas. Das sete deputadas da atual gestão que disputaram as eleições de 2014, cinco não conseguiram se reeleger e, destas, duas são petistas. O nosso mandato de deputada estadual, a única parlamentar eleita na história da AE/RS, também não conseguiu a reeleição.

A nossa atuação no Parlamento foi marcada na defesa das lutas dos movimentos sociais e dos nossos governos federal e estadual. Na presidência da Comissão de Educação, Cultura, Desporto, Ciência e Tecnologia, protagonizamos a coleta de 10 mil assinaturas para garantir o destino dos recursos do pré-sal para a educação.

Na Frente Mista pela Educação Infantil levamos aos municípios a necessidade de cumprimento das metas até 2016 pela universalização do atendimento das crianças de 4 a 6 anos de idade e 50% de zero a 3 anos.

Na Frente Parlamentar de Acompanhamento das Ações Pró-Bacia do Rio dos Sinos, lutamos pela conclusão do Plano da Bacia, que permitirá a elaboração de ações de abastecimento de água e a contenção de cheias. Também no comando da Frente Mista de Acompanhamento da Implantação das Recomendações da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) da Violência Contra a Mulher no Brasil (CPMI), acompanhamos os desdobramentos na proteção de direitos das mulheres vítimas de violência.

Nossas proposições foram: a Lei Estadual 14.050 que estabelece o Dia 12 de Outubro como Dia Estadual de Luta pela Educação Infantil e por mais creches; a Lei 14.353 que institui a Política Estadual para o Sistema Integrado de Informações de Violência Contra a Mulher denominada Observa Mulher-RS, que deve reunir o conjunto de informações dos órgãos públicos governamentais e não governamentais que atendem às mulheres vítimas de violência; a Lei 14.352 que institui a Política de Atendimento Integrado às mulheres vítimas de violência, estabelecendo diretrizes e ações simultâneas nas áreas periciais e de saúde dos órgãos públicos.

Além disso, tramitam outros projetos de nossa autoria, como o PL 181/2012 que cria a Política Pública de Apoio à Mulher Vítima. O PL 320/2012 que dispõe sobre a inibição de atos de violência praticados contra mulheres seguradas pelo regime de previdência e assistência à saúde, através do ressarcimento mediante ação de regresso em relação ao agressor. Também o PL 321/2012 que institui mecanismo de inibição da violência contra a mulher, através de multa contra o agressor.

Na área cultural, tivemos a iniciativa do PL 410/2013, que institui a Política Estadual de Cultura Viva, destinada a promover a produção e a difusão da cultura e o acesso aos direitos culturais dos diferentes grupos e coletivos.

No Conselho Político do mandato, as mulheres, jovens, agentes culturais, educadores e militantes dos movimentos sociais elaboravam e decidiam junto as principais ações no atendimento às demandas dos municípios e na construção do PT e das posições da Articulação de Esquerda.

Vamos continuar na luta para defender e ampliar os direitos da classe trabalhadora, pelas reformas política, urbana, agrária, tributária e a democratização dos meios de comunicação.★

***Ana Affonso** é deputada estadual do PT/RS

Ana Affonso

Campanha popular e participativa

*Roberto Scheuer**

Um mandato social e com participação popular sempre foi o objetivo da candidatura de Bira Teixeira para uma das vagas da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul.

A campanha, que teve orientação dos movimentos sociais e participação de representantes lideranças comunitárias, tornou-se uma das maiores articulações do campo de esquerda na região noroeste do RS nos últimos anos.

O trabalho, iniciado em 2013 com plenárias, encontros de mobilização e participação, reuniu diferentes agentes sociais para construir as diretrizes e propostas do projeto de mandato popular e participativo.

Para Bira, o objetivo da candidatura e do mandato era o de representar as camadas mais populares da sociedade. “Sempre buscamos nas bases os elementos que pudéssemos trazer através da participação social e colocando o nosso trabalho a serviço do socialismo”, afirma Bira.

O elemento fundamental deste projeto de soma de esforços foi a elaboração de uma diretriz específica do mandato que direcionava para a participação popular, a fiscalização e a prestação de contas do mandato.

A diretriz “transparência, democracia e participação” foi o resultado de cinco plenárias realizadas no processo de campanha e pré-campanha.

Elas demonstraram a necessidade de que o candidato e os mandatos também precisam criar mecanismos de fiscalização de suas ações e para a participação da população. “Temos mecanismos de fiscalização legais, mas como deputado, quero criar um que nos aproxime das pessoas. É nossa obrigação ouvir o povo e demonstrar o que estamos fazendo, em que estamos votando e defendendo, pois não somos os donos do mandato e sim o resultado da construção coletiva”, dizia Bira durante a campanha.

Esse trabalho voltado para os movimentos sociais, com participação popular trouxe como resultado específico a votação de Bira nas camadas mais vulneráveis da sociedade. Em bairros populares de Ijuí, como Thomé de Souza, Colonial, Tancredo Neves, 15 de Novembro, Glória e Pindorama, Bira liderou a votação para deputado estadual, o que demonstra que eleitores, antes considerados vulneráveis ao senso comum, se tornaram conscientes em defesa de um projeto de classe. Tudo isso em decorrência de um trabalho de participação e envolvimento que iniciou bem antes das eleições.

Estes mesmos bairros receberam grandes investimentos públicos do governo da presidenta Dilma e do governador Tarso. Um exemplo é a construção do Parque Popular da Pedreira, que contempla a edificação de unidades habitacionais para famílias carentes, esgoto sanitário, pavimentação asfáltica, área de lazer e cuidados com o meio ambiente. Este projeto teve a participação da comunidade antes e durante o processo de construção. A tônica de participação popular reforça a ideia de que as pessoas criam apego por aquilo ajudam a construir. “Mais do que nunca, torna-se vital a necessidade de mudança de atitude, de ouvir o que o povo tem a dizer, assim teremos realmente uma sociedade mais comprometida e socialista”.

Bira Teixeira

Com mais de 13 mil votos, número insuficiente para a eleição, mas com o objetivo de ampliar a participação social e continuar o projeto da Articulação de Esquerda, Bira reassumiu a função de vice-prefeito de Ijuí, reforçando a busca de um Rio Grande do Sul mais igual e de um Brasil mais justo.★

***Roberto Scheuer** é jornalista

O que dizem as urnas?

*José Leite**

A história politica do Acre vem sendo marcada por forte influência de tradicionais famílias que, de um jeito ou de outro, conseguem o controle politico e o exercem de modo que a perpetuação do poder torna-se um fato natural e o estado passa a ser tratado como algo de responsabilidade de um grupo e não de um povo.

Além disso, o Acre fica muito longe dos holofotes da grande imprensa, até por sua pequena representação econômica e politica, embora tenha oferecido figuras importantes que contribuíram e outras que estão presentes e ativas em vários setores da sociedade brasileira.

Estes personagens em boa medida construíram seus trabalhos fora do estado. Mas cabe citação especial a um acreano que construiu sua história em seu território e que ganhou notoriedade mundial com sua bandeira de luta em defesa da organização de uma categoria que vivia isolada no meio da floresta, dando a ela uma representação politica, partidária e sindical.

Sim, estou falando de Chico Mendes, que teve sua vida abreviada por enfrentar o interesse de grupos poderosos, mas que com seu martírio acabou despertando na sociedade local um sentimento de que alguma mudança precisava acontecer. Neste contexto surgiram o PT e a Frente Popular do Acre.

O Partido dos Trabalhadores no Acre teve em sua matriz forte presença da igreja católica, com suas comunidades eclesiais de base, do meio acadêmico e do movimento sindical, agregando também jovens lideranças de tradicionais famílias da politica acreana, como os irmãos Viana, que se tornaram grandes referências na politica do estado nas duas últimas décadas.

Quando o PT assumiu o comando no Acre, em 1998, tínhamos no governo federal o presidente Fernando Henrique. Naquele momento a Frente Popular do Acre, encabeçada pelo PT, incorporava o PSDB em sua base politica, fato que favoreceu a vinda de recursos e investimentos no estado.

Vem daí muitas das criticas que o PT do Acre sofreu e ainda sofre, sendo constantemente questionado por estas parcerias, pelo bom relacionamento e cordialidade que suas lideranças mantem com setores dos PSDB nacional.

Em 2018, os Viana não poderão ser candidatos

Junte-se a isso que nem mesmo o presidente Lula conseguiu ter uma expressiva votação no Acre, onde perdemos todas as eleições presidenciais.

Após quatro mandatos consecutivos no comando politico do estado do Acre, o que nos ofereceu a oportunidade de avançarmos na construção do modelo por nos idealizado, temos que corrigir nossos equívocos.

Sabemos que a manutenção do comando politico por vezes nos acomoda e pode causar a sensação de que somente nós temos a capacidade de entender e atender os anseios da população, e isto têm provocado alguns equívocos encobertos pelas sucessivas vitórias que temos conquistado. Precisamos discutir mais e melhor o papel do partido e de suas lideranças, tanto a nível local como nacional.

Embora também tenhamos conseguido vencer as eleições em 2014, percebe-se um sentimento de desconforto na maneira como tem sido tratado antigos companheiros que em algum momento estiveram dentro do projeto e que hoje reforçam os quadros da oposição ou se mantem ausentes dos debates e das construções politicas. Muitos ainda continuam como filiados, mas com pouca ação de militância.

A atualização de nossa agenda e a formação de novas lideranças devem caminhar juntas, assim como devemos fortalecer a democracia participativa, marca registrada do nosso partido, mas que por vezes tem sido negligenciada, provocando fissuras internas e alimentando nossas oposições.

As duas eleições de Jorge Viana e a eleição de Binho Marques mostravam uma situação até certo ponto confortável, a nos indicar que o projeto tinha forte apoio da sociedade acreana e nos concediam um voto de confiança de que estávamos na direção certa e sintonizados com os anseios dela. Em 2010, entretanto, passamos por um grande susto: um candidato sem grande expressão e uma oposição dividida, sem projeto e sem convicção de vitória, ameaçaram nossa eleição.

Também em 2010, Jorge Viana recebeu uma votação para o senado muito próxima de uma liderança dissidente da FPA, que foi eleita para a segunda vaga do senado federal, deixando nosso companheiro de chapa do PCdoB num distante terceiro lugar.

As eleições municipais de 2012 seriam uma oportunidade para avaliarmos se as dificuldades de 2010 eram fato isolado ou indicavam o avanço e crescimento das oposições. Os resultados de 2012 foram claros: muito embora tenhamos mantido a prefeitura de Rio Branco, que representa quarenta

O resultado das eleições de 2014, embora nos mantenha no comando politico do governo federal e estadual, pede uma análise criteriosa das mensagens registradas nas urnas e mais ainda da temperatura das ruas, onde cresce o discurso de oposição em nossos municípios

por cento da população do estado, tivemos uma série de derrotas em redutos tradicionais petistas, em especial no berço politico do PT na cidade de Xapuri, terra de Chico Mendes.

Contraditoriamente, avançamos em nossa representação parlamentar, com o aumento de nossa bancada especialmente na capital do estado, onde elegemos mais vereadores do que havíamos conquistado nas eleições anteriores.

Em 2014, conseguimos reeleger o governador Tião Viana, com uma votação de 51,29% dos votos válidos contra 48,71% dados ao candidato do PSDB Marcio Bittar, numa diferença de pouco mais de 2,5%, mas que foi superior a registrada em 2010, quando o nosso candidato foi eleito por apenas 0,5% sobre Tião Bocalon, atualmente no DEM mas que na época também concorreu pelo PSDB.

Mas se tomarmos a votação em primeiro turno e confrontá-la com os resultados finais, veremos que Tião Viana acrescentou pouco mais de 2 mil e duzentos votos, enquanto que o candidato da oposição teve um incremento de quase 70 mil.

É certo que no caso do governo do estado a diferença que impediu que o processo fosse concluído no primeiro turno esteve na ordem 0,27% dos votos válidos. Mais uma vez tivemos uma candidatura do PC do B ao senado, a deputada federal Perpétua Almeida, com uma votação de aproximadamente 36% dos votos válidos, muito distante dos 58% do deputado federal Gladson Cameli, eleito senador pela oposição. Aliás, cabe dizer que Gladson Cameli superou em números absolutos a votação alcançada pelo nosso governador.

Com relação às eleições proporcionais, o resultado foi satisfatório, pois das oito vagas em disputa para a Câmara federal conseguimos fazer a maioria pela coligação da FPA, com cinco deputados eleitos, a maioria do Partido dos Trabalhadores. Destaques: a reeleição do deputado Sibá Machado, do jovem ex-presidente do partido Léo Brito e a expressiva votação do ex-prefeito Raimundo Angelim com quase 10% do total de votos computados. A composição ficou assim distribuída: PT com 3 cadeiras, PMDB com 2, PSB, PSDB e PRB com 01 representante cada.

Na Assembleia Legislativa as urnas foram bem generosas, com a eleição de cinco deputados estaduais pelo PT, numa eleição em que tivemos uma renovação de aproximadamente 80% no parlamento estadual e uma grande ampliação do numero de representações na próxima legislatura com 16 partidos, e com maioria na base de apoio do segundo mandato do governador Tião Viana.

Quanto aos resultados da eleição presidencial, tivemos um desempenho decepcionante no estado com menos de 28% dos votos válidos para a presidenta Dilma, que ficou em terceiro lugar, atrás de Marina Silva, filha da terra, com cerca de 42% e do tucano Aécio Neves que atingiu 29%.

Registrando que na capital Rio Branco, embora estejamos no terceiro mandato consecutivo à frente da prefeitura, a candidata do PT teve pouco mais de 18% dos votos válidos.

No segundo turno, a presidenta Dilma, apesar de ter aumentado sua participação nos votos válidos e obtido 36,32%, viu seu adversário obter 63,68% do total, configurando flagrante derrota, especialmente ao considerarmos que estamos no comando da prefeitura de Rio Branco em terceiro mandato consecutivo e termos alcançado o quinto mandato ininterrupto no governo do estado.

Dos 22 municípios acreanos, o candidato Aécio Neves saiu vitorioso em 15 e a nossa presidenta conseguiu superá-lo em apenas 7, estes em sua grande maioria com baixa densidade eleitoral.

Comparativamente, o nosso governador tinha saído vitorioso no primeiro turno em 20 destes municípios ao passo que o adversário sequer tinha ganho em qualquer um; mas ao final do segundo turno, Tião Viana saiu vencedor em 13 municípios e Marcio Bittar obteve maioria de votos em 9.

O resultado das eleições de 2014, embora nos mantenha no comando politico do governo federal e estadual, pede uma análise criteriosa das mensagens registradas nas urnas e mais ainda da temperatura das ruas, onde cresce o discurso de oposição em nossos municípios.

Este desenho que começou nas eleições de 2010, ganha novas roupagens e desafios para as eleições de 2016, requerendo que façamos um grande debate no interior do partido no sentido de atualizarmos práticas e discursos e ampliarmos a participação dos nossos filiados e militantes, a partir da formação das equipes de governo da nossa presidenta Dilma, do governador Tião Viana e mais ainda das prefeituras, em especial de Rio Branco, onde Marcos Alexandre, em se confirmando sua indicação, terá duro embate para se reeleger.

Projeções para 2018 já começam a ser feitas e em todas elas o governador Tião Viana e seu irmão o senador Jorge Viana são impedidos pela legislação eleitoral de concorrer ao governo. Assim sendo, precisamos identificar desde já os nomes que possam fazer a disputa, no mínimo, em pé de igualdade com a oposição, visto que ela saiu fortalecida ao apresentar nomes com grande densidade eleitoral.★

***José Leite** é professor, jornalista e militante do PT do Acre

Ventos do Norte sopram à e

*Marcelo Martins e Pere Petit**

No segundo turno Dilma obteve no Pará 2.103.829 votos (57,41%), contra a votação de 1.560.470 que logrou Aécio (42,59%).

Mas Simão Jatene (PSDB) foi reeleito governador do Pará, ao obter 1.858.869 votos (51,92 %). Enquanto Hélder Barbalho (PMDB) logrou 1.721.479 (48,08%).

Jatene aumentou a sua votação, comparativamente ao primeiro turno, em mais 137 mil votos, enquanto Hélder (PMDB) perdeu 74 mil votos.

Diferentes fatores contribuíram para a derrota de Hélder Barbalho, muitos dos quais também influíram no pequeno aumento de votos que Dilma obteve no segundo turno comparativamente ao primeiro.

Destaquemos em primeiro lugar o uso da máquina do governo estadual e de prefeituras comandadas pelo PSDB (Belém, Ananindeua...) em favor da reeleição de Jatene. Aliás, o governo estadual entregou, após o primeiro turno, milhares de novos cheques-moradia, além do uso de outras práticas "tradicionais" orientadas a "influenciar" o voto.

Há que considerar, também, as críticas de Jatene às práticas políticas dos "barbalhos" e à péssima gestão de Hélder como prefeito de Ananindeua. Aliás, em Belém e em Ananindeua, os dois principais municípios em número de eleitores do Pará, Jatene obteve quase 2/3 dos votos válidos. Em Belém, Jatene logrou 224 mil votos a mais que Hélder.

Mas se o esquema eleitoral de Jatene fez a sua parte, a estratégia eleitoral de Hélder Barbalho no segundo turno foi um desastre.

Sonhando com os votos do candidato ao senado Jefferson Lima (no primeiro turno Jefferson apoiou Jatene), a campanha de Hélder foi se afastando da parceria com o PT, das candidaturas do PT a deputado federal e estadual (eleitos ou não no dia 5 de outubro) e fez, no geral, uma campanha descolada da presidenta Dilma. Entretanto, Jatene sempre tentava vincular a sua à candidatura de Aécio Neves. Isto é: enquanto os número 15 (PMDB) e 13 (PT) foram se separando, os números 45/45 dos dois candidatos tucanos sempre apareciam juntos.

O grande vitorioso no Pará foi o senador eleito do PT, Paulo Rocha

Corresponde agora aos petistas e aos outros partidos, organizações e movimentos sociais que apoiaram e sustentaram a vitória da Dilma no Pará, aprofundar a análise dos resultados eleitorais e discutir novos rumos para a esquerda no nosso estado, para tentar evitar que a direita se perpetue no controle do governo e boa parte das principais prefeituras paraenses.

Vitória no Senado

Ainda para cargos majoritários, o grande vitorioso no Pará foi o senador eleito do PT, Paulo Rocha. Ele obteve 1.566.350 (46,30%), contra 741.427 (21,92%) de Jefferson Lima (PP) e 18,46% do atual senador Mário Couto (PSDB).

Rocha obteve outra vitória antes das urnas ao ter sua candidatura mantida pelo TSE, por unanimidade. A relatora do processo alegou em sua decisão que o "réu foi absolvido tanto na casa política [Câmara dos Deputados em 2007], quanto na casa jurisdicional [STF no caso do chamado mensalão]" e que por isso só caberia ao Tribunal Superior Eleitoral manter sua candidatura.

O PT reelegeu dois deputados federais, Beto Faro e Zé Geraldo, e três deputados estaduais: Carlos Bordalo, Dirceu Ten Caten (substituto de sua mãe, a atual deputada Bernadete, impedida pela justiça de disputar o pleito) e Airton Faleiro. Todos eles vinculados às três principais tendências petistas no Pará que participam da corrente nacional Construindo um Novo Brasil (CNB). O PMDB manteve seus oito deputados na Assembleia Legislativa e perdeu, em 2014, comparativamente a 2010, um deputado federal.

A coligação entre o PT e o PMDB para os candidatos proporcionais favoreceu ao PMDB. Embora um resultado bastante difícil de explicar seja a diminuição no total de votos obtidos por Elcione Barbalho (em 2010 obteve 209 mil votos, contra 87 mil em 2014) e também de Priante (172 mil em 2010 e 122 mil em 2014), o que talvez decorra da prioridade dada a Hélder Barbalho governador e a uma forte bancada peemedebista na Assembleia Legislativa para sustentar o (suposto) futuro governo.

Seja como for, o PMDB se saiu relativamente bem ao eleger um deputado federal a mais que o PT, apesar de que os seus candidatos e legenda obtiveram 123 mil votos a menos que os candidatos e a legenda do PT.

Assim a "estratégia eleitoral" dos petistas vinculados a tendência CNB, que defenderam a aliança eleitoral com o

squerda

PMDB "em todos os níveis" e alimentaram a candidatura à Câmara Federal da ex-governadora Ana Júlia, como "puxadores de votos" para tentar, pelo menos, manter os quatro deputados federais eleitos em 2010, foi certamente derrotada nas urnas.

Miriquinho Batista, da mesma tendência que Paulo Rocha (Unidade na Luta/CNB), por apenas dois mil e pouco votos não se reelegeu deputado. A tendência petista Democracia Socialista (DS), ao dividir seus simpatizantes e eleitores entre as candidaturas de Ana Júlia e de Cláudio Puty (candidatura apoiada pela Articulação de Esquerda), não conseguiu eleger nenhum deputado federal, ficando na quarta (Ana) e na quinta (Puty) suplência da coligação PMDB-PT.

Tampouco foi muito favorável ao PT a coligação com o PMDB para deputado estadual. Pois, o PMDB manteve seus oito deputados. Porém, caso o PT não tivesse se coligado com o PMDB, somados os votos de todos os seus candidatos e legenda, elegeria quatro deputados estaduais.

O PT teve desempenho muito abaixo do esperado, principalmente, na região metropolitana de Belém, onde a candidatura apoiada pela AE foi a que obteve melhor resultado (entre todos os proporcionais petistas): a defensora pública, ex-deputada estadual e ex-vereadora de Belém, Regina Barata, que obteve um total de 20.354 votos, dos quais 13.415, em Belém.

O atual deputado estadual e ex-prefeito petista de Belém, Edmilson Rodrigues, hoje no PSOL, foi o campeão de votos em Belém (17,63% dos votos válidos) sendo eleito deputado federal. A "bancada da bala" fez três parlamentares e o candidato a deputado federal mais votado do Pará.

Outra curiosidade foi a expressiva votação do radialista Jeferson Lima, candidato ao Senado, que obteve na Capital quase metade de todos os votos válidos (48,15%), onde ele já havia concorrido em 2012 ao cargo de prefeito, ocasião em que foi o quarto colocado.★

***Marcelo Martins** e **Pere Petit** são historiadores e integrantes da Direção Estadual da Articulação de Esquerda no Pará

AMAPÁ

Entrando em parafuso

Jorge Penha*

O estado do Amapá deu uma votação à presidenta Dilma no primeiro turno de 198.939 (51,10%) contra 99.046 (25,44%) de Aécio e 77.702 (19,96%) de Marina. Dilma venceu em todos os dezesseis municípios do estado, registrando a menor votação na capital Macapá 45,60% e a maior 77% em Vitória do Jari, município administrado pelo PT. Aécio venceu Marina em quatorze e Marina venceu Aécio em dois municípios.

No segundo turno Dilma ampliou a vantagem sobre o adversário obtendo 227.414 (61,45%) votos e Aécio 142.664 (38,55%). Consolidou a vitória, agora mais gigantesca, em todos os municípios do Amapá, obtendo a menor votação (58,32%) no segundo município em população, o de Santana, e a maior votação (80,45%) continua com Vitória do Jari.

Como se pode observar, no segundo turno, Dilma ampliou sua vantagem, até porque os dois candidatos que disputaram o segundo turno declararam voto em Dilma, inclusive ambos produziram cartazes onde figurava ao lado de Dilma. Outro fato foi a mobilização da militância do PT, que saiu às ruas no antigo estilo que há muito não se via. Também a CUT e seus sindicatos convocaram seus filiados para a batalha de rua pelo voto Dilma presidenta.

Ainda em cargos majoritários, o grande vitorioso no Amapá foi o senador eleito Davi Alcolumbre (DEM). Ele obteve 131.695 (36,26%), contra 124.438 (34,26%) de Gilvan Borges (PMDB), 48.136 (13,25%) do Promotor Moises (PEN) e de 38.919 (10,71%) da petista Dora Nascimento.

Houve um momento em que se considerava Dora Nascimento como favorita para às eleições ao Senado, caso o embate ocorresse com o senador José Sarney. Com a desistência de Sarney, abriu-se a 'porta' para outros candidatos potenciais. O ex-senador Gilvan e o deputado Davi já são figuras conhecidas na política local, enquanto que Dora era relativamente pouco conhecida, pois sua primeira participação eleitoral foi como vice-governadora. Já o folclórico Gilvan tem dezesseis rádios e TV's. E Davi é um jovem deputado e grande empresário.

Para governador, a disputa no primeiro turno foi para saber quem disputaria com o primeiro colocado nas pesquisas. Ao final do primeiro turno tivemos Waldez (PDT) com 161.550 (42,18 %) e Camilo (PSB) com 105.445 (27,53%). No segundo turno Waldez abriu a vantagem para 60,58% e Camilo (PSB) conseguiu 39,42 %

No segundo turno houve uma revoada de todos os candidatos a governadores derrotados (exceto PSTU) garantindo apoio a Waldez. Apenas o Democratas e mais algumas lideranças apoiaram Camilo.

A coligação integrada pelo PT foi composta por PSB, PSOL e PCdoB. Elegeu duas deputadas federais: Marcivânia (PT) e Janete (PSB).

A bancada federal no Amapá ficou assim: PT, PDT, PSB, PMDB, PR, PRB, PSC e PTB elegeram um deputado federal cada, ficando clara a fragmentação da bancada.

O PSB manteve seus dois assentos na Assembleia Legislativa, o PSOL elegeu dois deputados estaduais, já o PT e o PCdoB não garantiram assento na bancada estadual. O PT não garantiu suplente direto, diferente do que ocorreu na eleição estadual passada.

A parceria PT e PSB, nos tempos de Marina, não embaraçou o apoio à Dilma, mas a coligação na proporcional estadual (PT, PSOL e PCdoB) favoreceu o PSOL.

Hoje o "nanico" PSOL no Amapá possui um quadro gigantesco: dois vereadores, dois deputados estaduais, o Prefeito da capital e um senador da República.

Uma curiosidade foi à expressiva bancada estadual do PRB, que elegeu quatro deputados, PDT, PTB, PSDB, PMDB, PROS, PSB, PSOL, PSC, elegeram dois cada, e PTdoB, PSDC, DEM e PHS cada um com um estadual, mais um exemplo de fragmentação, agora no parlamento estadual.

A derrota da política eleitoral da maioria do PT Amapá, ao mesmo tempo em que vencemos as eleições presidenciais, fez o Partido entrar em parafuso. Para sair, será necessário um debate profundo.★

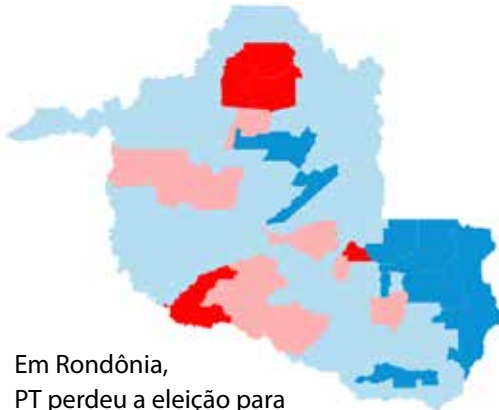
***Jorge Penha** é fundador do PT-AP e integrante da Direção Estadual da Articulação de Esquerda no Amapá

Resultado anunciado

*Luciana Basilio**

Contrariando a posição da Executiva Nacional, em Rondônia, o Partido dos Trabalhadores lançou candidatura própria a governador, o ex-deputado federal Padre Ton, sem qualquer tipo de coligação com outras legendas.

Ao final, o PT perdeu a eleição para governador e o partido reduziu em todo o Estado. Ficamos em quarto lugar na disputa ao governo. Não elegemos deputado federal (perdemos as duas cadeiras conquistadas no último pleito) e reduzimos a bancada na Assembléia Legislativa: tínhamos três cadeiras e ficamos somente com duas.

Destacamos ainda, em Rondônia, a derrota da presidenta reeleita Dilma Rousseff para Aécio Neves (PSDB) no primeiro e segundo turnos. Para o governo estadual, Confúcio Moura (PMDB) foi reeleito. O segundo turno foi disputado para o governo do Estado entre o peemedebista e Expedito Júnior (PSDB).

Em Rondônia, PT perdeu a eleição para governador e presidente e o partido reduziu em todo o Estado

Atribuímos parte dos resultados ao inchaço inconsistente do partido após 2004 quando chegamos à prefeitura e ocupamos diversos cargos no legislativo estadual e municipal, aumentando o número de filiadas e filiados, porém sem qualquer ação de formação que pudesse transformar o/a filiado/a eleitor/a em filiado/a militante do partido. Além da ausência de capacidade para mobilizar, a militância partidária só é chamada para concordar com as deliberações da direção.

Some-se a isto os escândalos –verídicos ou não-- envolvendo nomes do PT, como o do ex-prefeito Roberto Sobrinho (afastado do cargo por suspeita de corrupção) e a ex-deputada estadual Epifânia Barbosa (envolvida na operação Termópilas da Polícia Federal) e afastada pela Assembleia Legislativa por 30 dias sem remuneração.

Por fim, consideramos que o resultado das eleições marca o enfraquecimento do PT de Rondônia e, em certa medida, da corrente interna “Mensagem”, que tem como principal expoente Padre Ton. Ao que tudo indica, teremos tempos difíceis pela frente para o partido no estado. ★

***Luciana Basilio** é militante do PT Rondônia

Regulamento do 2º Congresso da Articulação de Esquerda

1. O 2º Congresso Nacional da AE se realizará nos dias 2, 3, 4 e 5 de abril de 2015, no Instituto Cajamar (Via Anhanguera km 46,5 no estado de SP), para debater a seguinte pauta:

1.1.balanço das eleições de 2014;
1.2.desafios e propostas para o segundo mandato Dilma Rousseff,
para a luta social, para a comunicação e cultura, para os governos/parlamentos estaduais e municipais, para as eleições 2016 e 2018;
1.3.nossas propostas de reforma programática, estratégica e organizativa do Partido dos Trabalhadores;
1.4.atuação e organização da Articulação de Esquerda;
1.5.eleição da nova direção nacional da Articulação de Esquerda e da Comissão de ética nacional

Parágrafo único: simultaneamente ao 2º Congresso, será realizada a Conferência Sindical Nacional da AE, que seguirá regulamento específico.

PROJETOS DE RESOLUÇÃO

2.Os projetos de resolução para o 2º Congresso devem ser enviados para o Secretariado Nacional da AE, através do endereço secretariadonacionaldaae@gmail.com.

3.Para apresentar um projeto de resolução é necessária a assinatura de no mínimo:
3.1.Um/uma integrante da Direção/Comissão de ética ou de Coordenação setorial nacional;
3.2.Três integrantes de Direção/Comissão de ética ou de Coordenação setorial estadual;
3.3.Nove militantes da tendência.

4.Todos os projetos de resolução serão publicados obedecendo a ordem de chegada, na seção Tribuna de Debates da www.pagina13.org.br.
4.1.A Tribuna de Debates publicará, além das propostas de resolução, artigos de contribuição ao debate assinados por militantes da tendência. Os artigos devem ser enviados para o Secretariado Nacional da AE, através do endereço secretariadonacionaldaae@gmail.com.

4.2.A Tribuna de Debates poderá publicar, também, artigos escritos por militantes do PT que não integram a Articulação de Esquerda. Os artigos devem ser enviados para o Secretariado Nacional da AE, através do endereço secretariadonacionaldaae@gmail.com.

5.Cabe ao Secretariado Nacional sistematizar os projetos de resolução apresentados e elaborar um roteiro para contribuir com os debates nos Congressos municipais, estaduais e nacional;
5.1.O roteiro para os congressos municipais e estaduais deve ser divulgado na Tribuna de Debates até o dia 29 de janeiro de 2015 e publicado na edição de fevereiro do jornal Página 13.
5.2.O roteiro para a plenária final do 2º Congresso deve ser divulgado na Tribuna de Debates até o dia 29 de março de 2015 e publicado na edição de abril do Página 13.

QUEM PODE PARTICIPAR DOS DEBATES, VOTAR E SER VOTADO

6.Os debates sobre a pauta do 2º Congresso são públicos e abertos ao conjunto da militância petista. Cabe às instâncias da AE, em todos os níveis, organizar atividades com o propósito de ouvir o conjunto do Partido e de nossa base social.

7.A tesouraria nacional informará, até o dia 1 de cada mês (novembro e dezembro de 2014; janeiro, fevereiro e março de 2015), a lista de militantes em dia com a Articulação de Esquerda, discriminados por estado e sempre que possível por cidade.

8.Para poder votar e ser votado nos congressos municipais, estaduais e nacional, é necessário fazer parte da lista divulgada no dia 1 imediatamente anterior ao respectivo congresso. (por exemplo, se o Congresso acontecer no dia 2 de fevereiro ou no dia 28 de fevereiro, vale a lista divulgada dia 1 de fevereiro).

9.Como o estatuto da AE determina que só podem votar e ser votados militantes em dia que tenham pelo menos 1 ano de ingresso na tendência; como, por outro lado, é necessário incorporar à tendência a militância que se aproximou durante o ano de 2014; adotaremos o seguinte procedimento:
9.1.A lista de militantes em dia deve indicar com as letras DP aqueles que ingressaram na tendência até 1 de abril de 2014. DP quer dizer direitos plenos.
9.2.Militantes em dia que não tem direitos plenos poderão participar normalmente de todos os debates, inclusive votar e ser votados. Mas no momento de eleição de delegados, devem votar e ser votados à parte.

Exemplo: se um congresso municipal tem 33 participantes, 10 dos quais são DP, os 10 militantes DP elegerão 3 delegados estaduais que também devem ser DP. Os demais 23 participantes (que não tem direitos plenos) elegerão 8 delegados estaduais (escolhidos dentre aqueles que não tem direitos plenos). No congresso estadual, os três delegados plenos elegerão 1 delegado nacional pleno. E os 8 delegados estaduais elegerão 3 delegados nacionais que também não tem direitos plenos. A fração sobrante de cada categoria de delegados, vale apenas para eleger os delegados daquela categoria. Todos os cálculos e nomes devem ser indicados na ata formulário padrão que será fornecida pelo secretariado nacional e disponibilizado no www.pagina13.org.br. Na abertura do Congresso nacional, os delegados plenos (que também foram eleitos por delegados estaduais plenos, que por sua vez foram eleitos por militantes com direitos plenos) decidirão se os demais delegados/as terão ou não direito a voto.

10.Na abertura do 2º Congresso, antes da leitura do regimento, caberá à atual direção nacional da AE consultar os delegados plenos, para que estes decidam se os demais delegados/as serão ou não credenciados;
10.1.A decisão de credenciamento pode ser total ou parcial, a partir de um informe circunstanciado apresentado pela comissão de credenciamento e garantido o direito das partes se pronunciarem diretamente à plenária do Congresso;
10.2.Naqueles casos em que for decidido não credenciar, os delegados/as serão convertidos em observadores com direito a voz.
10.3.Após o 2º Congresso, a direção nacional decidirá se é necessário reformar as decisões adotadas naqueles congressos cujos participantes não tenham tido seus direitos plenos reconhecidos.

11.Militantes que se afastaram da tendência ou foram afastados por decisão de instância da tendência, não poderão votar nem ser votados em nenhuma fase do processo, salvo expressa decisão em contrário das instâncias da tendência, seguindo o procedimento detalhado em nosso estatuto, disponível no site www.pagina13.org.br

CONGRESSOS MUNICIPAIS

12.É obrigatória a realização de congressos municipais, que podem ocorrer em janeiro, fevereiro ou março de 2015, em datas que devem ser aprovadas pelas atuais direções municipais e homologadas pelas atuais direções estaduais. As datas dos congressos serão informados na www.pagina13.org.br
12.1.Nas cidades onde a AE não possui direção municipal organizada, a Direção estadual da tendência indicará uma direção municipal provisória composta por três militantes, com a tarefa de convocar e organizar o respectivo congresso. Este congresso deve obrigatoriamente ser acompanhado por um representante da atual direção estadual.

13.A pauta dos congressos municipais é a mesma do 2º Congresso Nacional da AE. O debate de outros assuntos, a eleição de delegações ao congresso estadual e a eleição da direção municipal somente poderá ser feito depois de esgotada a pauta nacional.

14.Caso algum militante não possa participar do Congresso municipal na cidade onde milita, ou caso não ocorra Congresso municipal na cidade onde reside, o militante pode participar de outro Congresso municipal. Para isto basta comunicar ao secretariado nacional através do endereço secretariadonacionaldaae@gmail.com. Feito isto, a Tesouraria nacional incluirá na lista de militantes em dia a informação da cidade onde o militante deseja votar e ser votado.

15.Na eleição das delegações será adotado o seguinte critério: cada três militantes presentes ao congresso municipal elegem 1 delegado estadual. Sendo que o primeiro delegado estadual será eleito apenas quando houver três militantes no congresso municipal e o segundo apenas quando houver 5 militantes e assim por diante.

16.Militante que não pode participar de congresso municipal, pode participar diretamente do Congresso estadual, votando em urna a parte, de forma a respeitar a proporcionalidade no cálculo das delegações. Neste caso, serão necessários 9 militantes para eleger o primeiro delegado nacional e 14 militantes para eleger o segundo delegado nacional e assim por diante. Notem que neste caso, é preciso distinguir quem é militante DP (direitos plenos) e quem não é (menos de 1 ano) e seguir os procedimentos indicados no exemplo que consta do item 9 deste regimento.

17.As novas direções municipais devem ter no mínimo 4 e no máximo 8 integrantes, cabendo à direção eleita escolher, dentre seus integrantes, um responsável por cada uma das tarefas a seguir: comunicação, tesouraria, formação e organização.

18. A ata dos congressos municipais deve ser encaminhada à respectiva direção estadual, até no máximo a segunda-feira imediatamente anterior ao respectivo congresso estadual. As atas serão publicadas na www.pagina13.org.br

CONGRESSOS ESTADUAIS

19.Os congressos estaduais da AE devem ser realizados no mês de março 2015. A data deve ser decidida pela atual direção estadual e homologada pela atual direção nacional. As datas dos congressos serão informados na www.pagina13.org.br

20.A pauta dos congressos estaduais é a mesma do 2º Congresso Nacional da AE. O debate de outros assuntos deve ser feito depois de esgotada a pauta nacional.

21.Nos estados onde a AE não possui direção estadual organizada, a Direção Nacional da tendência indicará uma direção estadual provisória composta por três militantes, com a tarefa de convocar e organizar o respectivo congresso estadual. Este congresso deve obrigatoriamente ser acompanhado por um representante da atual direção nacional.

22.Nos estados onde a AE atualmente não possui direção estadual organizada, fica autorizada a realização de congresso estadual sem congressos municipais prévios. Neste caso, a proporção para a eleição dos delegados nacionais será de 1 delegado nacional para cada 9 militantes presentes no congresso estadual, sempre respeitando os procedimentos indicados no exemplo do item 9 deste regulamento.

23.As novas direções estaduais devem ter no mínimo 6 e no máximo 12 integrantes, cabendo a direção eleita eleger, dentre seus integrantes, quem ficará responsável por cada uma das tarefas a seguir: comunicação, tesouraria, formação e organização.

24. A ata dos congressos estaduais deve ser encaminhada à Direção Nacional até no máximo a segunda-feira imediatamente anterior ao 2º Congresso. As atas serão publicadas na www.pagina13.org.br

CONGRESSO NACIONAL

25. O quorum para instalação e deliberação do 2° Congresso Nacional é de 50% mais 1 dos delegados eleitos nos congressos estaduais.

26. Participam do 2° Congresso Nacional da AE:
26.1.Com direito a voz e voto, delegados/as eleitos nos congressos estaduais preparatórios;
26.2.Com direito a voz, delegados/as a Conferência sindical nacional;
26.3.Com direito a voz, quando autorizados pela Mesa, militantes da AE.
26.4.Com direito a voz, quando autorizados pela Mesa, convidados/as pela Direção Nacional da AE.

27.No dia 3 de abril, cabe a atual direção nacional conduzir a mesa de instalação do 2º Congresso. Após a decisão sobre o credenciamento dos delegados/as com menos de 1 ano de filiação, será aprovado o Regulamento e a Programação, será eleita a Mesa diretora, a Comissão de Emendas e a Comissão Eleitoral. Caso queira, o Congresso também pode alterar a composição da Comissão de credenciamento indicada pela atual direção nacional da AE. Uma vez eleita a Mesa diretora, esta assumirá a condução da tendência até que se eleja uma nova direção nacional.

28. A Mesa diretora será integrada por 3 delegados/as, que dividirão entre si as tarefas de condução do 2° Congresso.

29.A Comissão de Emendas será integrada por 3 delegados/as, cabendo a ela receber e sistematizar todas as propostas de resolução.

30.A Comissão Eleitoral, também composta por 3 delegados/as, será eleita pelo 2° Congresso e terá como tarefa receber a inscrição das candidaturas à Direção Nacional da AE e à Comissão de Ética Nacional. Caberá a comissão de credenciamento sugerir ao Congresso qual o procedimento da eleição (nominal, lista única, chapas).
31.Ao debater a programação, os/as delegados/as decidirão se o temário será debatido em plenária geral e/ou em grupos de discussão.

32. A eleição das delegações e direções da AE, nos congressos municipais, estaduais e nacional observará o disposto no Regimento Interno da AE, a saber, em caso de mais de uma chapa, proporcionalidade na composição das delegações e majoritariedade na composição das direções (em outras palavras, havendo mais de uma chapa para eleição das direções, a chapa vencedora ocupará todos os postos da direção).

PROGRAMAÇÃO

33. A programação do 2° Congresso Nacional da AE será a seguinte:

2 de abril, durante o dia: chegada, credenciamento e alojamento

2 de abril, 20h: abertura da conferência sindical, com participação de representantes das tendências cutistas e da direção nacional da AE

3 de abril, durante o dia: chegada, credenciamento e alojamento

3 de abril, 9h00: Direção nacional abre os trabalhos, conforme descrito no item 27 do presente regimento interno.

3 de abril, 10h00: debate sobre os projetos de resolução, conforme roteiro citado no item 6 do presente regimento interno.

3 de abril, 12h30: almoço

3 de abril: 14h00: debate sobre os projetos de resolução, conforme roteiro citado no item 6 do presente regimento interno.

3 de abril: 16h00: intervalo

3 de abril, 16h30: debate sobre os projetos de resolução, conforme roteiro citado no item 6 do presente regimento interno.

3 de abril, 18h30: jantar

3 de abril, 20h00: ato público do II Congresso, com a participação de representantes das tendências partidárias

4 de abril: 9h00: debate sobre os projetos de resolução, conforme roteiro citado no item 6 do presente regimento interno.

4 de abril 11h00: apresentação e debate do texto base da conferência sindical

4 de abril, 12h30: almoço e encerramento do credenciamento

4 de abril, 14h00: atividades separadas e simultâneas do Congresso e da Conferência Sindical

4 de abril, 18h30: jantar

4 de abril, 20h00: confraternização

5 de abril, manhã: atividades separadas e simultâneas do Congresso e da Conferência Sindical

5 de abril, 12h30: almoço

5 de abril, 14h00: plenária de encerramento simultâneo da Conferência e do Congresso. Neste ato de encerramento, o Congresso tomará conhecimento, debaterá e votará formalmente as resoluções da Conferência sindical.★

Regulamento Interno da 8ª Conferência Nacional Sindical da Articulação de Esquerda

1. A 8ª Conferência Nacional Sindical da AE será realizada nos dias 02, 03, 04 e 05 de abril de 2015 na cidade de Cajamar, no Estado de São Paulo, para debater a seguinte pauta:

a) conjuntura internacional e nacional;

b) movimento sindical, movimentos sociais, PT e governo;

c) balanço, concepção e organização do setorial sindical da AE;

d) 12º CONCUT;

e) eleição da nova Coordenação Nacional Sindical da AE.

2. A eleição dos(as) delegados(as) será feita em conferências estaduais, realizadas entre 21 de fevereiro a 29 de março de 2015, convocadas especialmente para este fim pelas respectivas Direções Estaduais da AE;

2.1. As conferências estaduais elegerão delegados(as) na proporção de 1 delegado(as) nacional para cada 5 militantes presentes na conferência estadual;

2.2 O primeiro delegado(a) só poderá ser eleito caso haja, na conferência estadual ou equivalente, um número mínimo de 3 militantes;

2.3 deverá ser observada a paridade de gênero na eleição dos(as) delegado(as).

2.4 Os(as) delegados(as) à Conferência Nacional Sindical podem ser também delegados ao 2º Congresso da Articulação de Esquerda, desde que cumpram os requisitos e participem das etapas previstas no respectivo Regulamento.

3. Podem votar e ser votados(as) nas conferências militantes que contemplem os seguintes requisitos:

a) Estar em dia com a contribuição anual da tendência, conforme regulamento do 2º Congresso da Articulação de Esquerda.

b) ser militante de alguma organização e/ou movimento sindical, ou seja:

-fazer parte do setorial sindical do PT;

-fazer parte do movimento sindical;

c) caso um militante da AE não atenda ao requisito "b" mas queira participar da conferência, ele deve solicitar à direção estadual da tendência que reconheça seu direito de votar e ser votado(a) na conferência.

4. O calendário das conferências estaduais deve ser aprovado pelas respectivas direções e divulgado, através da lista nacional da Articulação de Esquerda.

5. As conferências estaduais deverão debater a pauta nacional e eleger as respectivas coordenações estaduais sindicais.

6. Do credenciamento:

a) só serão credenciados(as) na conferência nacional sindical os militantes em dia com a contribuição anual da tendência, conforme conforme regulamento do 2º Congresso da Articulação de Esquerda.

b) só serão credenciados(as) na conferência nacional sindical os delegados(as)/suplentes que constem nas ata(s) da(s) respectiva(s) conferência(s), que devem ser enviadas para a direção nacional da tendência, c/c para a coordenação nacional sindical, até 31 de março de 2015;

c) o credenciamento de delegados(as), observadores(as) e convidados(as) será feito no dias 02, 03 de abril durante o dia e no dia 04 de abril até às 12h30.

e) o credenciamento dos suplentes será feito no dia 04 de abril, das 12h30 às 18h00 ou a qualquer momento, dentro do prazo de credenciamento, desde que apresente a carta de substituição do delegado(a) titular.

f) O quorum para abertura da Conferência é: 50% mais 1 dos(as) delegados(as) eleitos(as) nas conferências estaduais e comunicados à direção nacional, considerado o que está previsto no item 6 deste regimento.

7. Terão direito:

a) a voz e voto os delegados/as eleitos nas conferências estaduais;

b) direito a voz, todos os militantes da Articulação de Esquerda;

c) sem direito a voz, salvo quando autorizados(as) pela mesa, todos os convidados(as) pela CNSAE

8. Programação

A programação da 8ª Conferência Nacional Sindical da AE será a seguinte:

- **2 de abril,** 20h: abertura da conferência sindical, com participação de representantes das tendências cutistas e da direção nacional da AE
- **3 de abril:** Aprovação do regulamento da Conferência Sindical e eleição das comissões.

  Debate das propostas de resolução ao II Congresso da Articulação de Esquerda

  20h00: ato público do II Congresso, com a participação de representantes das tendências partidárias
- **4 de abril** - Apresentação e debate do texto base da conferência sindical

  Balanço, concepção e organização do setorial sindical da AE

  20h00: confraternização
- **5 de abril** - Debate sobre o 12º CONCUT e eleição da nova Coordenação Nacional Sindical da AE.

  14h00: plenária de encerramento simultâneo da Conferência e do Congresso. Neste ato de encerramento, o Congresso tomará conhecimento, debaterá e votará formalmente as resoluções da Conferência sindical.

9. Comissões internas

9.1. Aprovado o regimento interno e a programação, os delegados(as) devem:

a) eleger a mesa diretora dos trabalhos;

b) eleger a comissão de emendas;

c) eleger a comissão eleitoral;

d) eleger a comissão de credenciamento.

9.2. Até o momento da eleição destas comissões, compete a DNAE e a Coordenação Nacional Sindical da AE dirigir os trabalhos políticos e organizativos da 8ª Conferência Nacional Sindical.

9.3.Uma vez eleita a Mesa diretora dos trabalhos e as demais comissões, dissolve-se a atual Coordenação Nacional Sindical, até que se eleja nova coordenação nacional.

9.4. A Mesa diretora dos trabalhos deve ser integrada por 3 membros, que dividirão entre si as tarefas de condução da VIII Conferência Nacional Sindical.

9.5. A Comissão de emendas deve ser integrada por 3 membros, cabendo recolher todas as propostas de alteração no texto-base e apresentar, para a Mesa diretora dos trabalhos, aquilo que deve ser submetido à deliberação dos(as) delegados(as).

9.6. A Comissão de Credenciamento deve ser integrada por 3 membros e, compete a ela credenciar os(as) delegados(as), convidados(as) e observadores(as), avaliar os recursos existentes e apresentar à Mesa Diretora dos trabalhos, aquilo que deve ser submetido à deliberação dos(as) delegados(as).

9.7. A Comissão Eleitoral deve ser composta por 5 membros, cabendo a responsabilidade por receber e apresentar a(s) proposta(s) da nova coordenação nacional sindical da AE.

10. A 8ª Conferência Nacional Sindical trabalhará a partir de um texto-base que será elaborado pela CNSAE e aprovado pela Direção Nacional da AE até o dia 13 de fevereiro de 2015.

Os(as) delegados(as) à 8ª Conferência Nacional Sindical debaterão o texto-base e as emendas através das mesas temáticas, plenárias gerais ou grupos.

11. Questões omissas neste regimento devem ser decididas pela Mesa Diretora, cabendo recurso ao plenário de delegados(as). ★

CONDENADOS

64

LATUFF 2014

POR CRIMES CONTRA A HUMANIDADE